



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

RAYSSA BARROSO SALES

APOSIÇÕES RESTRITIVAS ORACIONAIS EM TEXTOS ESCRITOS DO
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

FORTALEZA

2024

RAYSSA BARROSO SALES

APOSIÇÕES RESTRITIVAS ORACIONAIS EM TEXTOS ESCRITOS DO PORTUGUÊS
CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr. Márcia Teixeira Nogueira.

FORTALEZA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S155a Sales, Rayssa Barroso.
Aposições restritivas oracionais em textos escritos do português contemporâneo / Rayssa Barroso Sales. –
2024.
102 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Linguística, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira.

1. Aposição restritiva. 2. Construção apositiva oracional. 3. Gramática-Discursivo-Funcional. I. Título.
CDD 410

RAYSSA BARROSO SALES

APOSIÇÕES RESTRITIVAS ORACIONAIS EM TEXTOS ESCRITOS DO PORTUGUÊS
CONTEMPORÂNEO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Linguística. Linha de pesquisa: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr. Márcia Teixeira Nogueira.

Aprovada em: 14/06/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dra. Nadja Paulino Pessoa Prata
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dra. Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa
Universidade Federal do Pará

Ao meu esposo.

Aos meus pais e irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus trino, que pela linguagem deu origem a todas as coisas e por ela se revela. Ao Deus Pai, que imprimiu seu dedo em toda a criação e fez tudo ter um sentido maior de existir, galáxias e planetas, céu e mar, gente e bicho, teorias complexas e abstratas, estruturas humanas e linguísticas. Ao Deus Filho, Jesus Cristo, que assumindo a forma de servo me salvou do pecado e da perdição e me reconciliou com o Pai, fez-me filha amada e me incluiu em sua narrativa de redenção. Ao Deus Espírito Santo, meu consolador, o selo da promessa, quem me fará permanecer firme até o final. A Ele a glória pelos séculos dos séculos.

Ao meu esposo Vinícius, parte de mim, eu mesma em outro ser. Agradeço por me amar e ser meu suporte físico, emocional e espiritual. Obrigada por não me deixar desistir e por insistir em sonhar os meus sonhos, mesmo quando hesito em sonhá-los. Obrigada por me incentivar a pensar, questionar e refletir, por acolher os meus constantes questionamentos acerca de tudo e alimentar a minha criatividade e inteligência.

À minha incansável mãe, Márcia, a quem tanto amo, sem a qual seria impossível conciliar estudos e trabalho. Obrigada por sempre me ensinar na prática que servir é melhor do que ser servido. Agradeço por ter estado ao meu lado durante esse desafio. Se tive o privilégio de ter tempo e disposição para batalhar, é porque você me deu todo o suporte necessário, por isso todas as minhas conquistas devo a você, minha companheira, meus braços e minhas pernas.

Ao meu pai Aécio, quem me inspira a nunca parar de estudar. Agradeço por ter acreditado em mim desde criança, ter me proporcionado o melhor dentro de suas condições e me desafiado a não me conformar.

Aos meus irmãos, Mateus e Jéfter, ao meu sobrinho Josué e à minha cunhada Rafaela, por trazerem alegria e riso nos dias pesados.

Às minhas avós, Sezinha e Orlete, ao meu avô João (*in memoriam*) e aos meus tios, por me empurrarem para o término desse trabalho, sempre me lembrando de perseverar. Agradeço por serem minhas companhias de conversas na calçada quando eu só queria desopilar.

À Kim, por sua misericórdia e compaixão sem limites que me acolheram quando as lágrimas me impediam de continuar este trabalho. Obrigada por me lembrar a reagir de forma a agradar a Deus e por segurar a minha mão durante cada passo.

Aos meus primos Yuri, Isaac, Daniel, e suas respectivas esposas, e à minha prima Larêssa, meus irmãos do coração. Yuri, nunca esquecerei a sua generosidade desde o início da seleção desse processo, seu entusiasmo e sua confiança em meu esforço. Seu apoio em meus

projetos é fundamental para mim. Sua inteligência e sua dedicação em tudo que faz me inspiram.

Aos meus amigos da fé e do coração, Andreza Pinho, Caio Couto, Duda Bessa, Ester Vidal, Elane, Ester Matoso, Geraldo, Jessé Dantas, Jéssica Evangelista, Julian, Juliane, Mariana Freire, Matheus Lino, Matheus Barros, Rebeca Carvalho, Ruth, Talita Dantas, Victor Caetano, obrigada por me sustentarem em oração, ouvirem meus desabafos e se importarem com o meu trabalho mesmo sem entender do que se tratava.

À minha amiga e dupla de graduação Larissa Garcia. Obrigada por cada desafio ao meu lado, por nunca economizar elogios e incentivos, pela troca de riso e de pranto em tantos momentos.

À minha amiga de infância Mariana Isabel, obrigada por cada escuta ativa e por trilhar cada desafio ao meu lado (literalmente).

Aos meus sogros, por me acolherem na família e me incentivarem a vencer os desafios acadêmicos.

À minha querida orientadora, professora doutora Márcia Teixeira, por toda a paciência e compreensão, pelo incentivo a perseverar a cada etapa deste trabalho. Obrigada por equilibrar sua inteligência e humildade, seu rigor e sua empatia, seu profissionalismo e sua humanidade. Sou imensamente grata por ter aprendido tanto com a senhora, e nem estou falando apenas de conteúdo.

Ao meu querido professor dr. Ricardo Leite, professor que me marcou na graduação e na pós. Agradeço por despertar em mim a cada aula uma sede insaciável de aprendizado e um senso de criticidade. Obrigada pelo ensino de altíssimo nível com uma simplicidade ímpar, uma honra aprender com você.

À professora dra. Silvana Militão, a primeira professora com quem tive aula na graduação, quem me ensinou tanto e me deu muitas oportunidades. Agradeço a sua doçura e seu carinho.

À Universidade Federal do Ceará, lugar onde expandi meus horizontes e onde pude construir minha vida acadêmica e profissional com excelência.

Recebemos olhos para ver Deus exibindo sua beleza no mundo, ouvidos para ouvir Deus cantar sua graça no mundo, um nariz para cheirar o doce aroma da vida de Deus no mundo, uma língua para saborear o esplendor divino no mundo, lábios para contar os triunfos de Deus no mundo, mãos para serem erguidas em adoração a Deus e para servir aos outros, pés para aventurar-nos no mundo de Deus e estender seu domínio até os confins da terra. Recebemos a mente que pensa, raciocina e o coração que sente para desfrutarmos deles e os empregarmos na maior das causas (Rigney, 2015, p. 100).

RESUMO

Este trabalho debruça-se sobre o estudo das posições restritivas oracionais em textos escritos do português brasileiro contemporâneo. Entende-se por posições restritivas oracionais construções em que uma oração explicita o conteúdo genericamente encapsulado por um nome e a ele se liga por meio de uma preposição (Nogueira, 2017, p.6). Quirk *et al.* (1985), Matthews (1981) e Meyer (1989) tratam dessas posições em exemplos como os iniciados com *the fact that...*, denominadas *that-apposition*. Nogueira (2017) identifica essas construções no português, igualmente analisadas como posições restritivas, como em *O fato de que ele está partindo/The fact that he is leaving* (Matthews, 1981, p. 231). Como objetivos específicos, pretendemos i) identificar que tipo de subato exerce a posição restritiva oracional; ii) verificar que categorias representa o nome que encapsula e projeta o conteúdo oracional da construção apositiva; iii) identificar nomes (type e token) que funcionam como núcleo da posição e analisar como eles se relacionam ao conteúdo da informação instanciado pela estrutura; iv) verificar se existem, nas construções apositivas restritivas oracionais, elementos nominais com natureza relacional ou verbo cognato transitivo; v) analisar o elemento que liga o nome encapsulador ao conteúdo encapsulado presente nas construções apositivas oracionais; vi) investigar funções textual-discursivas dessas construções apositivas restritivas oracionais quanto às estratégias textuais e argumentativas do texto; vii) identificar que tipo de estrutura morfossintática caracteriza a construção apositiva restritiva oracional. Para tanto, assentamos nossas bases teóricas na Gramática-Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), que toma o Ato Discursivo como unidade de análise e permite analisar, de forma adequada, a constituição desse tipo de posição. As ocorrências para análises foram obtidas do mesmo recorte utilizado por Nogueira (1999) do banco de dados no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP, constituído de 36 (trinta e seis) textos escritos, sendo 12 (doze) do gênero oratória, 12 (doze) do gênero dramático e 12 (doze) do gênero técnico. Também foram utilizadas amostras de textos de gêneros jornalísticos, como artigos de opinião, editoriais, notícias e reportagens, organizados por Nogueira (2002). A análise dos dados indica que as posições restritivas oracionais apresentam como núcleo nomes genéricos (fato, ideia) que se ligam a uma oração por meio de uma preposição, estabelecendo uma relação de equivalência, com expediente textual-discursivo de projeção, permitindo estratégias textuais ligadas à nominalização. No nível Interpessoal, os resultados apontam que a posição restritiva oracional ocorre como um Subato Referencial; no Nível Representacional, os resultados das análises apontam que as categorias representadas pelo nome nas construções apositivas restritivas oracionais são Estado-de-coisas, Conteúdo Proposicional e Conteúdo Comunicado.

Palavras-chave: aposição restritiva; construção apositiva oracional; Gramática-Discursivo-Funcional.

ABSTRACT

This paper delves into the study of restrictive appositional clauses in contemporary Brazilian Portuguese written texts. Restrictive appositional clauses are understood as constructions where a clause explicitly specifies the content generically encapsulated by a noun and connects to it via a preposition (Nogueira, 2017, p. 6). Quirk *et al.* (1985), Matthews (1981), and Meyer (1989) discuss these appositions in examples such as those starting with “the fact that...,” termed that-apposition. Nogueira (2017) identifies these constructions in Portuguese, also analyzed as restrictive appositions, as in “O fato de que ele está partindo” (Matthews, 1981, p. 231). Specific objectives include: i) identifying the type of subact the restrictive appositional clause performs; ii) verifying the categories represented by the noun that encapsulates and projects the appositional clause's content; iii) identifying nouns (type and token) that function as the apposition's nucleus and analyzing how they relate to the content instantiated by the structure; iv) checking if there are nominal elements with relational nature or transitive cognate verbs in restrictive appositional clauses; v) analyzing the element linking the encapsulating noun to the encapsulated content in appositional clauses; vi) investigating the textual-discursive functions of these restrictive appositional constructions concerning textual and argumentative strategies; vii) identifying the morphosyntactic structure characterizing the restrictive appositional clause. The theoretical foundation is based on the Functional Discourse Grammar (Hengeveld; Mackenzie, 2008), which considers the Discursive Act as the unit of analysis, adequately allowing the analysis of such appositions. The occurrences for analysis were obtained from the same corpus used by Nogueira (1999) from the database at the Lexicographic Studies Center of the Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Campus, Araraquara-SP, consisting of 36 written texts, with 12 from the oratory genre, 12 from the dramatic genre, and 12 from the technical genre. Additionally, samples of journalistic texts such as opinion articles, editorials, news, and reports organized by Nogueira (2002) were used. Data analysis indicates that restrictive appositional clauses have generic nouns (e.g., fact, idea) as nuclei, connected to a clause via a preposition, establishing an equivalence relationship with a textual-discursive projection strategy, enabling textual strategies linked to nominalization. At the Interpersonal Level, results show that the restrictive appositional clause occurs as a Referential Subact; at the Representational Level, results indicate that the categories represented by the noun in restrictive appositional clauses are State-of-affairs, Propositional Content, and Communicated Content.

Keywords: restrictive apposition; clausal apposition construction; Functional Discourse Grammar.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	19
2.1	Pressupostos teóricos funcionalistas	19
2.2	A Gramática Discursivo-funcional	26
2.3	Síntese Conclusiva	31
3	APOSIÇÃO RESTRITIVA ORACIONAL	33
3.1	Aposição: aspectos conceituais	33
3.2	Aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo – Funcional	36
3.3	Aposição restritiva com preposição	42
3.3.1	<i>A aposição restritiva oracional com preposição “de”</i>	47
3.4	Síntese conclusiva	51
4	APOSIÇÃO RESTRITIVA ORACIONAL EM TEXTOS ESCRITOS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DOS DADOS	53
4.1	Metodologia	53
4.1.1	<i>Constituição e delimitação da amostra</i>	53
4.1.2	<i>Procedimentos de análise</i>	55
4.1.2.1	<i>Constituição do corpus de ocorrências: critérios de inclusão e exclusão</i>	56
4.1.3	<i>Parâmetros de análise</i>	58
4.2	Resultados. Análise e Discussão dos dados	59
4.2.1	<i>Tipo de Subato da aposição restritiva oracional</i>	61
4.2.2	<i>Tipo de Ilocução em que ocorre a aposição restritiva oracional</i>	63
4.2.3	<i>Camadas representadas pelo nome encapsulador</i>	65
4.2.4	<i>Nomes encapsuladores da aposição restritiva oracional</i>	68
4.2.5	<i>Natureza transitiva do nome encapsulador da aposição restritiva oracional</i> ..	74
4.2.6	<i>Natureza sintático-semântica do elemento que liga o nome encapsulador (núcleo) ao conteúdo encapsulado na aposição restritiva oracional</i>	78
4.2.7	<i>Estrutura morfossintática da aposição restritiva oracional</i>	80
4.3	Síntese conclusiva	83
5	CONCLUSÃO	84

REFERÊNCIAS	86
ANEXO A	91
ANEXO B	92
ANEXO C	93
ANEXO D	94
ANEXO E	98

1 INTRODUÇÃO

Embora o tema das aposições não seja explorado pela gramática tradicional de forma aprofundada, muito foi discutido no campo da descrição das línguas acerca dessas construções, tendo em vista a complexidade de sua conceituação e a dificuldade de sua caracterização.

Enquanto as gramáticas tradicionais se preocupam em apenas fazer uma diferenciação das construções apositivas, principalmente as restritivas, em relação às construções com função sintática de complemento nominal e adjunto adnominal, limitando-se apenas aos aspectos sentenciais e sintáticos, os linguistas, no grande campo das ciências da linguagem, há muito discutem o fenômeno da aposição considerando suas características sintáticas, semânticas e pragmáticas, bem como seu papel textual-discursivo.

Cunhados em uma orientação funcionalista, alguns desses estudos assumem a instrumentalidade da língua, relacionada à sua funcionalidade e sistematicidade de sua estrutura (Neves, 1999, 2018). Dessa forma, dão um tratamento para além de uma descrição sintática às construções apositivas, abrangendo a relação texto-discurso. Dentre os estudos linguísticos sobre as aposições, destacamos Nogueira (1999), que defende o estudo da aposição relacionada à organização do discurso e a existência de funções textual-discursivas, tais como as de esclarecimento do significado de uma palavra empregada, as de favorecimento da identificação de um referente ou apresentação de uma caracterização, entre outras.

Nogueira (1999) ainda adota uma perspectiva de categorização por protótipos para o tratamento dessa classe de construções, evitando restringir a aposição a partir de determinados critérios sintáticos e semânticos, como sugerem outros linguistas, como Lago (1991) e Rodriguez (1989). Ao invés de conceber a aposição como categoria discreta, assume a ideia de existência de um conjunto de traços para uma representação prototípica da construção apositiva e aposições que estão na fronteira com outras construções.

A partir dessa ideia de categorização não discreta, tem-se a aposição como uma construção prototipicamente simétrica, caracterizada pelas condições de identidade referencial, funcional e categorial entre unidades de informação que se encontram separadas por uma pausa na fala ou por um sinal de pontuação na escrita, sendo essa construção identificada como não restritiva (Nogueira, 1999).

Corroborando a ideia de Nogueira (1999) de que o tratamento das apositivas não deve se limitar à categorização discreta, uma vez que muitas construções não compartilham um conjunto de propriedades apontadas, na literatura, como critérios de identificação, muitos

outros trabalhos apontam a natureza centrípeta da aposição e enquadram, em suas análises sobre a aposição, construções com outras possibilidades de relações semânticas entre os elementos que as compõem. Essas estruturas são ditas apositivas, mas, por não apresentarem a totalidade de características centrais da classe, isto é, daquelas prototípicas, configuram-se como construções periféricas. A presente pesquisa toma como objeto um tipo particular dessas construções apositivas restritivas, aquela em que a segunda unidade constitui uma oração, como em *O fato de que ele está partindo* (*The fact that he is leaving*) (Matthews, 1981, p. 231).

Trabalhos de cunho funcionalista têm surgido para preencher algumas lacunas na descrição desse fenômeno, e eles servirão de base para o embasamento desta pesquisa. Dentre esses, destacamos Keizer (2007), que discorre sobre as apositivas com preposição. Tais construções com a preposição *of*, do inglês, assemelham-se a outras construções nominais com preposição, de forma que apresentam uma fronteira difícil de ser delimitada. Essas construções nominais se confundem, por vezes, com termos oracionais denominados pela gramática tradicional como *adjunto adnominal* e *complemento nominal*.

Destacamos, ainda, Nogueira (2011) e Lemson (2016), que analisaram a aposição restritiva como construção que se encontra numa indeterminação de fronteira com estruturas assemelhadas e Nogueira e Lemson (2019), que aprofundaram a análise e a formalização das aposições restritivas no português brasileiro contemporâneo, evidenciando suas características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas mais gerais.

Nosso estudo propõe investigar as aposições restritivas oracionais em textos escritos do português brasileiro contemporâneo, conhecidas como um tipo de restritivas em que uma oração se encontra ligada a um substantivo, em geral, um nome encapsulador, por meio de uma preposição “de”. Quirk *et al.* (1985), Matthews (1981) e Meyer (1989) tratam de aposições identificadas como *that-apposition*, dentre as quais as iniciadas com *the fact that...* Nogueira (2017) identifica essas construções analisadas como apositivas restritivas no inglês em frases correntes do português, igualmente analisadas como apositivas restritivas pela autora, como em *O fato de que o aprendizado ocorre no trabalho* (UOL/opinião-21/03/2015). A autora analisa as construções apositivas nas quais uma oração se encontra ligada aos substantivos *fato*, *tese* e *desculpa*, em fronteira com construções de complementação.

Nossa pesquisa pretende ampliar o conjunto de nomes (*token*) que são usados em aposições restritivas oracionais como essas, com base teórica na Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008). Essa teoria toma o Ato Discursivo como unidade de análise. A partir desse modelo, que integra duas abordagens: o da estratificação descendente e a modular, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa:

Como se manifesta a aposição restritiva oracional¹ em suas propriedades morfossintáticas, semânticas e textual-discursivas, em textos escritos do português brasileiro contemporâneo?

A partir desta questão geral de pesquisa, formulamos as seguintes questões específicas:

a) Que tipo de subato exerce a aposição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo?

b) Em que tipo de ilocução ocorre a aposição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo?

c) Que categorias interpessoais ou representacionais representa o nome que encapsula e projeta o conteúdo oracional da construção apositiva?

d) É possível identificar, nas construções apositivas restritivas oracionais, elementos nominais com natureza relacional (valência semântica) ou verbo cognato transitivo?

e) Qual a natureza sintático-semântica do elemento que liga o nome encapsulador (núcleo) ao conteúdo encapsulado (oração), presente nas construções apositivas restritivas oracionais?

f) Que nomes (*type* e *token*) funcionam, mais frequentemente, como núcleo da aposição e como eles se relacionam ao conteúdo da informação instanciado pela estrutura?

g) Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza a construção apositiva restritiva oracional?

Como hipótese central, acreditamos que as aposições restritivas oracionais se assemelham, do ponto de vista morfossintático, a construções de complementação de nomes, mas delas se distinguem por apresentarem, como núcleos, nomes genéricos intransitivos (*fato*, *ideia*), que encapsulam e projetam os conteúdos que os seguem, apresentando, assim, importantes funções textual-discursivas (coesão, orientação argumentativa).

Como hipóteses secundárias para a pesquisa, vislumbramos que essas construções restritivas oracionais se caracterizam, tipicamente, como um SN, com determinante definido, seguido de um nome genérico e de uma oração com verbo na forma não finita e ocorrem, mais frequentemente, em ilocuições declarativas, tendo em vista a complexidade de sua estrutura. Supomos, ainda, que alguns nomes são flagrados como núcleos, como *fato*, designando Estado-de-coisas; e *ideia*, designando Conteúdo Proposicional. Supomos, ainda, que, nas construções apositivas restritivas oracionais, não é comum, mas é possível, identificar nomes relacionais e

¹ O termo em “aposição restritiva oracional” em questão, utilizado neste trabalho, foi tomado de empréstimo de Nogueira (2017).

com verbos cognatos transitivos, aproximando essas construções dos casos de complementação. No entanto, na construção apositiva, esses nomes não são usados transitivamente. Nas construções apositivas restritivas oracionais, ocorre a preposição “de”, de natureza superficial, não regida pelo nome, e que pode ser substituída por uma pausa, convertendo a aposição restritiva oracional em uma aposição não restritiva. Esta preposição liga o nome ao conteúdo encapsulado. A aposição restritiva oracional ocorre como um Subato Referencial, sendo o encapsulamento do conteúdo oracional um mecanismo (nominalização textual-discursiva) que permite que este conteúdo seja alvo de predicções (Subatos Atributivos). Consideramos, ainda, que as construções apositivas restritivas oracionais exercem, nos textos escritos do português contemporâneo, função textual-discursiva de topicalização de um conteúdo encapsulado que poderá ser tratado como a tópico discursivo.

A metodologia desta pesquisa sobre a aposição restritiva oracional em textos escritos do português brasileiro contemporâneo tem como primeiro passo a constituição e a delimitação do *corpus* de análise. Optamos por analisar o uso dessas estruturas apositivas em textos escritos, tendo em vista as características prototípicas dos gêneros técnico-didático, oratório e dramático e de gêneros jornalísticos. Esses gêneros foram escolhidos por apresentarem propriedades estruturais e funcionais particulares, o que os caracterizam como gêneros discursivos, com tipos relativamente estáveis de enunciados, como afirma Bakhtin (1986).

O primeiro *corpus*, também utilizado por Nogueira (1999), constituiu-se a partir de 36 (trinta e seis) amostras de texto escrito, incluindo 12 (doze) de cada um desses gêneros textuais. Essas amostras são encontradas em arquivos delimitados por uma extensão aproximada, medida em bytes. Elas foram obtidas a partir do Banco de Dados de Língua Escrita Contemporânea no Brasil, armazenado no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP. O segundo *corpus* contém amostras de textos de gêneros jornalísticos, como artigos de opinião, editoriais, notícias e reportagens, com extensão aproximada, organizado por Nogueira (2002). Cada ocorrência foi analisada em seus aspectos formais, semânticos e discursivos, que constituem os grupos de fatores associados ao uso dessas construções em cada contexto.

Quanto à natureza da pesquisa, em uma análise qualitativa, as ocorrências foram identificadas, descritas e analisadas em seus aspectos morfossintáticos, representacionais (semânticos) e interpessoais (pragmáticos), que constituem os parâmetros de análise associados ao uso dessas construções. Para tanto, consideramos os níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático do Componente Gramatical da GDF.

Quanto aos procedimentos de análise, verificamos primeiramente, no nível Interpessoal, os tipos de subatos que exerce esse tipo de construção, Subato de Referência (R) e Subato Atributivo (T). Em seguida, analisamos a função pragmática exercida por ela: Tópico ou Comentário. No segundo nível, Representacional, analisamos as posições restritivas oracionais identificando as categorias semânticas (Estado de Coisas, Conteúdo Proposicional) e interpessoais (Conteúdo Comunicado) a fim de verificar o tipo de material encapsulado pelo nome encapsulador presente na construção. No nível Morfossintático, discutimos tanto a estrutura geral da construção, como a natureza sintática do elemento que liga o nome encapsulador ao conteúdo encapsulado.

A realização do presente estudo se justifica uma vez que, mesmo os gramáticos tradicionais de língua portuguesa, que reconhecem a existência de aposição restritiva (sem pausa, o aposto especificativo) não tratam do tipo de aposição restritiva oracional, isto é, aquela que tem, como segunda unidade, uma oração, objeto de análise desta pesquisa. Além disso, tais construções mostram-se importantes instrumentos para o texto e discurso, uma vez que o nome genérico encapsula o conteúdo de um Estado-de-Coisas, um Conteúdo Proposicional ou uma Ilocução contido numa oração, com a possibilidade de fazer predicções, por meio de adjetivos e verbos, em relação a esse conteúdo, de fazê-lo tópico discursivo de um enunciado, entre outras funções. Isso, do ponto de vista teórico, é relevante à medida que funções textual-discursivas podem ser instanciadas pelas construções apositivas restritivas em questão. Uma das principais funções textuais flagradas em torno das construções apositivas é a coesiva, uma vez que elas servem para reformular ou referenciar conteúdos que foram ditos pelas unidades anteriores a que o nome se liga. No plano discursivo, ao utilizar as posições restritivas oracionais com preposição, não é preciso retomar todo o conteúdo anterior, o que promove a compactação de um trecho, tornando-se mais fácil predicar sobre ele.

Como expusemos, nossa pesquisa analisa a aposição restritiva oracional com suas propriedades morfossintáticas, semânticas e textual-discursivas, em perspectiva descritiva.

Pareceu-nos pertinente a escolha da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), uma vez que a teoria trata a descrição do Ato Discursivo sob o ponto de vista da produção da linguagem pelo homem, considerando tanto a operação de Formulação (aspectos pragmáticos e semânticos) quanto de Codificação (aspectos morfossintáticos e fonológicos) pertinentes para o tratamento da língua. Além disso, outra característica que determinou a escolha desse modelo teórico como suporte para esta pesquisa é a consideração do Ato Discursivo como unidade mínima de análise, o que permite abarcar porções maiores ou menores de realizações da língua,

não necessariamente enquadradas em estruturas formais de oração. Isso permite, portanto, analisar todo o funcionamento das posições restritivas oracionais.

No que concerne à organização desta dissertação, ela se encontra dividida em três partes: I – Introdução, II – Fundamentação teórica, III – Análise dos dados.

Na primeira parte deste capítulo fizemos a introdução do trabalho, com a apresentação das questões norteadoras da pesquisa, os objetivos, as hipóteses, a metodologia e a orientação teórica em linhas gerais.

Na segunda parte, desenvolvemos a fundamentação teórica e a dividimos em dois capítulos: o capítulo 2, intitulado *O Funcionalismo e A Gramática Discursivo-Funcional*, que apresenta os pressupostos gerais do Funcionalismo linguístico e a organização da GDF, base teórica para este estudo; e o capítulo 3, *A posição restritiva na GDF*, que apresenta os estudos relevantes sobre esse tipo particular de posição, suas funções textual-discursivas e o enfoque discursivo-funcional sobre a posição restritiva, principalmente a oracional, além da consideração acerca dos conceitos de encapsulamento e anáfora, ambos relacionados à noção de posição.

Na terceira parte da dissertação, tratamos da metodologia e da análise de dados. No capítulo 4 apresentamos a descrição do *corpus* utilizado, os procedimentos metodológicos e os parâmetros de análise, bem como a análise da construção apositiva oracional. Esse capítulo analisa e descreve, segundo os parâmetros de análise e sob a perspectiva da GDF, as ocorrências identificadas, bem como interpreta e discute os resultados tendo em vista as questões de pesquisa e hipóteses formuladas sobre as posições restritivas oracionais em textos escritos do português contemporâneo.

2 FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO E A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

Este capítulo trata do quadro geral da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), apresentando os postulados e a organização de componentes, níveis e camadas da Gramática dessa teoria na qual está assentada nossa pesquisa. Antes, porém, julgamos necessário apresentar, em uma breve seção, alguns pressupostos teóricos funcionalistas os quais dão suporte à GDF, a fim de entendermos melhor a natureza de uma teoria de gramática funcional como a proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008).

2.1 Pressupostos teóricos funcionalistas

É notória a contribuição da Linguística do século XIX, sobretudo a partir do arcabouço teórico desenvolvido principalmente pelos neogramáticos, embora esta não fosse ainda tratada e reconhecida como ciência autônoma. Apenas no século XX, com o surgimento da Linguística Moderna relacionada ao *Curso de Linguística Geral*, esta evoluiu como uma ciência fundamentada em torno das noções de sistema, estrutura e função, destacando-se o Funcionalismo dentro da Ciência Linguística, junto a outra corrente, o Formalismo.

De modo geral, o Formalismo é marcado pelos estudos da língua a partir de sua estrutura, objetivando analisar a forma da expressão linguística. O Funcionalismo, por outro lado, surge como uma vertente que se contrapõe aos estudos puramente formais, considerando, portanto, para a análise da língua, seu uso e suas funções. Embora o termo “funcional” tenha sido vinculado a uma grande variedade de modelos teóricos, impossibilitando a existência de uma teoria monolítica, este pressupõe uma base comum dentro da perspectiva Funcionalista: a linguagem como instrumento de comunicação e interação, e um objeto de estudo baseado no uso real, ou seja, sem separação entre sistema e uso (Pezatti, 2004).

De forma geral, o Funcionalismo é uma teoria que focaliza nos objetivos a que servem as unidades linguísticas. Dessa forma, é de interesse dessa teoria as funções dos meios de expressão. Para tanto, a noção de *função* ganha destaque nesse modo de concepção da linguagem, unindo o que é estrutural ao que é funcional. Essa funcionalidade surge a partir da consideração das estruturas linguísticas, assim como dos diferentes modos de significação dos enunciados.

Nessa orientação funcionalista, alguns pressupostos gerais são constituídos e dão origem a diversas propostas funcionalistas de análise linguística. Esses pressupostos assentam

pontos centrais para uma gramática funcionalista, como afirma Neves (2006, p. 17): o uso (em relação ao sistema), o significado (em relação à forma) e o social (em relação ao individual).

Em uma orientação funcionalista, a linguagem serve a uma variedade de propósitos. Isso significa que esta não é um fenômeno isolado, e, por isso, a fim de alcançar tais propósitos, as formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas (Halliday, 1985). A língua, nesse ponto de vista, não pode ser explicitada como um sistema autônomo, antes, depende da situação comunicativa. Pode-se dizer com isso que existe uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (aspecto funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (aspecto gramatical) (Mackenzie, 1992 *apud* Neves, 2006).

Conforme Neves (2006, p. 17), nessa relação não arbitrária, os componentes sintático, semântico e pragmático estão integrados, de forma que o discurso conforma a gramática. Assim sendo, a gramática é regida pelas pressões do uso, equilibrando-se entre forças internas e externas ao sistema. Como explica Neves (2006, p. 17), a fim de serem alcançados propósitos discursivos, o falante tem uma liberdade organizacional, processando estruturas regulares que levam a efeitos pragmáticos diversos. O falante, dessa forma, dirige o discurso a partir de diferentes relevos informativos, mesmo que as informações tenham, inerentemente, diferente importância comunicativa.

Sendo as estruturas linguísticas maleáveis, na teoria Funcionalista, fala-se em fluidez de categorias e prototipia, visto que os limites e as fronteiras entre categorias são modificados em um lento processo de extensão de membros de uma categoria, e uma consequente redefinição de protótipos.

A Escola Linguística de Praga teve um papel fundamental no desenvolvimento da visão funcionalista da linguagem. A reflexão em torno das propostas concebidas em Praga girava em torno do termo “função”, concebendo a linguagem como um sistema de comunicação. Nessa concepção, considera-se tanto a multifuncionalidade dos itens, ou seja, das estruturas linguísticas, quanto os diferentes modos de significação do enunciado no contexto da comunicação (Neves, 2006, p. 16). Por isso nosso trabalho está embasado em uma perspectiva funcionalista, uma vez que, para a análise das estruturas apositivas oracionais, serão levadas em consideração a organização da sentença e do discurso, bem como suas funções comunicativas.

Diversos nomes se destacam no desenvolvimento de reflexões e análises funcionalistas. Destacamos Halliday (1985) e Dik (1978). Tais teóricos rejeitam a dicotomia proposta por Chomsky entre competência e desempenho, adotando uma perspectiva multifuncional da linguagem.

Por conta de seu caráter polissêmico, os funcionalistas utilizaram o termo “função” em suas análises, com características e critérios distintos. Diferentes sentidos de “função” foram considerados, tanto o de relação de um elemento com o sistema linguístico como um todo, como o de dependência de um elemento linguístico a outros, o de papel desempenhado no processo comunicativo.

A noção de função na qual Halliday (1985) fixa-se diz respeito ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, assentando a sua gramática numa base sistêmica, ou seja, o enunciado parte das escolhas do falante para um propósito específico, produzindo um significado, conforme explica Neves (2006).

Neves (2001, p. 15) afirma que uma gramática funcional é uma teoria de organização gramatical das línguas naturais que busca integrar-se a uma teoria global da interação social. Isso significa que as unidades e as funções que exercem têm prioridade sobre sua posição e seus limites, sendo a gramática sensível às pressões do uso.

Embora haja muitas divergências entre os modelos teóricos funcionalistas, existe um conjunto de características básicas que qualificam uma teoria funcionalista da linguagem. Uma das mais importantes conceitualizações é desenvolvida por Martinet (1978), que aponta a língua como instrumento de comunicação a partir de uma competência comunicativa. Sendo assim, o denominador comum de toda abordagem funcionalista é a verificação da eficácia da comunicação.

Sobre essa competência comunicativa, Neves (2001, p. 15) não a considera apenas como a capacidade de codificação e decodificação de expressões pelos indivíduos, mas também a possibilidade de fazer uso e interpretar as expressões linguísticas de maneira satisfatória, a partir da interação.

De acordo com Halliday (1985), a funcionalidade da gramática diz respeito a como a língua é usada. Dessa forma, para o autor, todo texto se desenrola em algum contexto, e é este uso que dá forma ao sistema.

Para Halliday (1994), a língua tem componentes funcionais, componentes fundamentais de significado. Todas as línguas, segundo ele, são organizadas por seu significado ideacional e interpessoal, o que ele chama de componentes *meta-funcionais*, os quais delineiam dois propósitos gerais: entender o ambiente e agir sobre o outro. Um terceiro componente meta-funcional, o textual, é instrumental em relação aos outros dois. Tal teoria, conhecida como sistêmico-funcional, propõe que a língua seja interpretada como um sistema, ou seja, como uma rede de opções semanticamente motivadas e interligadas.

Simon Dik (1989) fixa seu interesse no papel da expressão linguística na comunicação. O autor se preocupa em como ocorre o processo de interação verbal pelos usuários, a fim de estabelecer relações comunicativas entre eles.

Dik (1997) propõe um modelo de interação verbal o qual leva em consideração a informação pragmática do Falante e do Destinatário, os quais se orientam por regras pragmáticas que governam os padrões de interação² e da sua informação pragmática, bem como da antecipação que este faz da interpretação do Destinatário. A interpretação do Destinatário é feita a partir da expressão linguística, da sua informação pragmática e das hipóteses que ele faz acerca da intenção comunicativa do Falante.

Nesse modelo, por meio das expressões linguísticas, o Falante tenta expressar sua intenção, enquanto o Destinatário tenta reconstruir essa intenção, a partir da sua interpretação. Nesse processo, é importante destacar que o conhecimento compartilhado (de mundo, situacional, textual) entre os usuários da língua favorece a eficácia da comunicação.

Segundo o autor, o usuário da língua possui muitas outras capacidades além da capacidade linguística, a saber: capacidade epistêmica, capacidade lógica, capacidade perceptual e capacidade social.

A capacidade epistêmica permite que o usuário utilize o conhecimento de expressões linguísticas, arquivando-o, recuperando-o e o utilizando novamente na interpretação de outras expressões. A capacidade lógica, por sua vez, permite ao usuário valer-se do raciocínio e de parcelas de conhecimento para extrair outras parcelas de conhecimento. Quanto à perceptual, esta permite ao usuário extrair conhecimento de suas percepções e o utilizar na interpretação e na produção de expressões linguísticas. e a social permite ao usuário saber o que dizer e como dizer numa interação social para atingir seu objetivo comunicativo.

Para uma teoria geral da gramática, Dik (1997) postula três tipos de adequação, que definem como os falantes constroem e produzem as expressões linguísticas e os modelos de processamento e interpretação das expressões pelos destinatários: a tipológica, a qual exige uma teoria gramatical capaz de dar origem a outras gramáticas de quaisquer línguas; a pragmática, a qual permite a inserção da gramática em uma teoria mais ampla de interação verbal; e a adequação psicológica, a qual diz respeito à relação entre os modelos psicológicos de competência linguística e o comportamento linguístico dos usuários.

A partir dessas bases e propostas funcionalistas, percebe-se o interesse da gramática funcionalista em um equilíbrio entre o geral e o particular no que se refere ao funcionamento

² “Falante” é um termo teórico (*Speaker*), que não se restringe ao produtor de textos orais.

das diversas línguas no evento comunicativo. A importância desse equilíbrio na descrição das línguas se dá uma vez que essa atividade precisa ser suficientemente específica, para que não se obscureçam as peculiaridades das línguas individuais, e suficientemente geral, para que uma teoria funcionalista possa ser aplicada a outra língua. Esse é um princípio relacionado à adequação tipológica de uma teoria de gramática funcional, de que tratou Dik (1997). A teoria não pode ser concreta demais, muito próxima de uma língua particular, nem abstrata demais, distante da estrutura e funcionamento de uma língua natural.

Dentro da situação comunicativa, a abordagem funcionalista busca analisar o uso interativo da língua no discurso, considerando a sintaxe, a semântica e a pragmática relacionadas e interdependentes. Como nessa abordagem o uso influencia a análise da estrutura gramatical, esta pode sofrer variações dependendo da situação comunicativa.

Vale ressaltar que essa variação, passível de mudança na estrutura da língua, advém de um assentamento do Funcionalismo na interface entre gramática e cognição, relação esta fundamental para se pensar a língua como dependente de forças externas, e a gramática como sistema parcialmente autônomo e adaptável. Conforme Neves (1997), as estruturas gramaticais são sensíveis às pressões do uso justamente por constituírem uma estrutura cognitiva. A partir dessa relação entre cognição e gramática, os funcionalistas assentam o princípio da iconicidade, o qual considera que a estrutura linguística reflete a experiência humana e, dessa forma, torna possível conceituar o mundo ou as propriedades do pensamento humano.

A discussão em torno de como funciona o significado das coisas remonta a Grécia antiga e continua no século XX, com Ferdinand de Saussure, considerado pai da Linguística moderna, defendendo a concepção convencionalista e o caráter arbitrário entre o significante e o significado na língua. Peirce (1940) se contrapõe a essa visão, defendendo uma ideia de arbitrariedade parcial. Para o filósofo, existe uma correlação moderada entre forma e função, o que, por exemplo, é explícita na codificação sintática, em que princípios icônicos se relacionam a princípios arbitrários.

De uma forma mais radical à ideia de Saussure, Bolinger (1977) defende que a língua naturalmente preserva uma forma para um sentido e um sentido para uma forma. Posteriormente, essa ideia é revista tendo em vista os processos de variação e mudança e a possibilidade de duas ou mais formas dizerem a mesma coisa, o que aponta para a correlação entre uma forma e várias funções ou entre uma função e várias formas.

O princípio da iconicidade, que prevê, no âmbito do Funcionalismo linguístico, relações de transparência relativa entre forma e conteúdo, desdobra-se, segundo Givón (1984), em três subprincípios: o da quantidade de informação, o da integração e o da ordenação linear.

O subprincípio da quantidade prevê uma adequação entre a quantidade e complexidade do pensamento e a quantidade e complexidade da expressão, ou seja, quanto mais simples o conteúdo, menos complexa é a forma com que este é expresso. O subprincípio da integração, por sua vez, postula que os constituintes da expressão e do conteúdo estarão mais integrados na forma, à medida que seus conteúdos se aproximam. O subprincípio da ordenação linear diz que a forma sintática expressa, em uma ordem de importância, aquilo que é mais importante para o Falante; ou pode refletir a ordenação cronológica de eventos. O princípio da iconicidade torna-se fundamental para as investigações das codificações morfossintáticas a partir do uso.

Outro princípio importante para o Funcionalismo é o de marcação, que está intimamente ligado ao de iconicidade. Segundo Givón (1995), três critérios principais são estabelecidos para a distinção das categorias marcadas e não marcadas: a) a complexidade estrutural, em que a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a não marcada; b) a distribuição de frequência, em que a estrutura marcada tem a tendência de ser menos frequente que a não marcada; e c) a complexidade cognitiva, em que a estrutura marcada tem a tendência de ser mais complexa cognitivamente, demandando mais esforço mental, de atenção e de processamento. Segundo Givón (1995), as estruturas podem ser marcadas ou não a depender do contexto de uso, a depender dos fatores biológicos, comunicativos, socioculturais.

Outro pressuposto teórico fundamental do Funcionalismo é o de planos discursivos. Enquanto na gramática tradicional a transitividade é vista como uma propriedade relacionada apenas ao verbo, referindo-se à transferência de uma atividade do Sujeito para os demais complementos; no Funcionalismo, a transitividade é característica que se estende a toda a sentença. Para tanto, alguns parâmetros sintático-semânticos são utilizados para a ordenação das orações em escalas de transitividade, entre eles: participantes, cineses, aspecto, pontualidade, intencionalidade, polaridade, modalidade, agentividade, afetação e individuação. Hopper e Thompson (1980) defendem a relação da transitividade oracional com uma função pragmática. Em outras palavras, o grau maior ou menor de transitividade de uma cláusula reflete, segundo os autores, a estruturação do discurso para determinados objetivos comunicativos. A fim de atingir esses propósitos, o Falante também leva em consideração as necessidades do interlocutor para que a mensagem seja eficiente, distinguindo, por isso, na estrutura discursiva, o que é central e o que é periférico. Nesse sentido, os planos discursivos também servem a essa distinção do que é central e periférico correspondendo, respectivamente, às passagens de Figura

e Fundo³. Por isso, existe uma correspondência entre o que é mais transitivo no texto àquilo que é mais central, portanto, Figura; bem como o que é menos transitivo ao que é periférico, portanto, Fundo.

Considerar essas motivações externas abre margem ao reconhecimento da pragmática não apenas como um componente acessório, mas integrado aos componentes sintático e semântico. A partir dessa posição, Dik (1989, 1997) desenvolve sua teoria funcional da sintaxe e semântica numa teoria da interação verbal, ou seja, da pragmática.

Uma vez que a pragmática passa a ser integrada em uma teoria, o fluxo informacional na interação passa a ser determinante para o processo comunicativo, o que vai além de termos oracionais como Sujeito e Predicado a serem estritamente explorados.

A incorporação do discurso à sintaxe encontra espaço nas orientações funcionalistas, e a língua organiza as estruturas conforme intenções do Falante e propicia, a partir dessa organização, a ação discursiva. Ancorado nessa incorporação é que o tema deste trabalho é desenvolvido, uma vez que as aposições restritivas oracionais estão diretamente relacionadas à organização informacional do discurso, além de apontar para importantes estratégias textuais.

A Gramática Discursivo-Funcional, modelo criado por Hengeveld e Mackenzie (2008), em que o ato discursivo passa a ser central, uma unidade básica de análise linguística, surge com a necessidade de expansão de um modelo de gramática funcional. Dessa forma, é desenvolvida a partir do quadro geral da Gramática Funcional, de Simon Dik, mas agora com ênfase no Ato Discursivo como unidade de análise, não mais na cláusula. Tal proposta aproxima-se do pensamento de Halliday (1994), que defendia a língua organizada a partir de metafunções, ideacional, interpessoal e textual, constituindo uma teoria extrínseca e intrínseca da língua. Halliday concebia a estrutura linguística a serviço de uma multiplicidade funcional.

Partindo dessa necessidade, Hengeveld e Mackenzie (2008) projetam uma nova arquitetura para a Gramática Funcional, tomando o discurso como um nível adicional (ou conjunto de níveis) acima da oração, conforme Hengeveld (1997), sendo, portanto, essa a teoria em que se está assentada nossa pesquisa.

2.2 A Gramática Discursivo-funcional

³ Essa distinção Figura/Fundo foi tomada de empréstimo da Psicologia da Gestalt. A Gestalt sugere que o fundo e as figuras não são partes separadas da percepção visual, mas elementos interdependentes que se relacionam para criar um todo coeso e unificado.

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 1), é um modelo gramatical que constitui um componente de uma teoria geral da interação verbal e que pretende ser igualmente válido para todos os tipos de língua, respeitando, assim, os princípios da linguística funcionalista.

A criação desse novo modelo de gramática é justificada pelo fato de que muitos fenômenos linguísticos só podem ser explicados em termos de unidades maiores que a frase, como anáforas e encapsulamentos; e outros por unidades menores, pois se constituem como enunciados completos no discurso, apesar de sua extensão. Nesse sentido, a aposição restritiva pode ser um fenômeno bem explorado, com uma análise mais específica.

Outra justificativa para tal modelo está nas duas abordagens propostas pela GDF, a de estrutura modular e a de estratificação descendente. Diferentemente da GF, com uma organização *bottom up*, que explicita a constituição do enunciado do Predicado à Cláusula, o modelo de produção do discurso consiste em uma organização *top down*, com níveis e camadas, de forma que as formulações superiores (pragmáticas e semânticas, nessa ordem) determinam as inferiores (morfo-sintáticas e fonológicas, nessa ordem).

Essa direção de topo-base é motivada pela suposição de que a organização de uma gramática, quanto mais parecida com a produção do discurso, mais eficaz será. Defendendo-se que a produção discursiva se dá do mais abstrato (mente) para o mais concreto (fala), a teoria da GDF propõe um modelo que segue da intenção do falante (Componente Conceitual) para a articulação (Componente de Saída).

A fim de alcançar adequação tipológica, psicológica e pragmática, a GDF se apresenta como um Componente Gramatical o qual se relaciona a outros três: Componente Conceitual, Contextual e o de Saída, explorando, então, uma descrição para além de questões estruturais da frase.

Inicialmente, a fim de caracterizar o modelo *top-down* de produção dos enunciados na GDF, buscamos detalhar, nos parágrafos seguintes, as duas grandes operações, Formulação e Codificação, responsáveis, respectivamente, pelo acionamento dos níveis Níveis Interpessoal e Representacional e dos Níveis Morfo-sintáticos e Fonológicos, que implementam o Componente Gramatical da GDF. É notória a semelhança da GDF à GF no que diz respeito à utilização de representações hierárquicas (em camadas).

Sobre os processos de Formulação e Codificação, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2):⁴

⁴ Tradução nossa de: Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representations in a language. Encoding concerns the rules that convert these pragmatic and semantic

A operação de Formulação envolve três processos interligados: a seleção de frames apropriados para os Níveis Interpessoal e Representacional; a inserção de lexemas apropriados nesses sistemas/frames; e a aplicação de operadores simbolizando as distinções gramaticais requeridas/necessárias na língua sob análise. A Codificação também envolve três processos: a seleção de modelos apropriados para os Níveis Morfosintático e Fonológico; a inserção de morfemas gramaticais livres e presos; e a aplicação de operadores que desempenham um papel no processo de articulação de saída da gramática.

A operação de Formulação depende de opções feitas em conjuntos de primitivos e ocorre a partir de três processos interligados, envolvendo os *frames*, os lexemas e os operadores interpessoais e representacionais.

O primeiro processo envolve o primeiro grupo de primitivos, o qual contém os *frames*. Eles são responsáveis por definir as possíveis combinações de elementos nos Níveis Representacional e Interpessoal, relacionando-se, assim, à estratégia comunicacional do falante, de acordo com a escolha de um *frame*.

O segundo processo, segundo grupo de primitivos que contém os lexemas, também ocorre nos Níveis Representacional e Interpessoal, após as escolhas dos *frames*. Os lexemas são então inseridos, a partir de uma distinção entre aqueles do Nível Interpessoal e aqueles do Nível Representacional, o que aponta para a possibilidade de o Falante descrever uma entidade a partir de lexemas com diferentes conotações e denotações.

O terceiro processo envolve os operadores interpessoais e representacionais responsáveis por representar as expressões gramaticais a partir de seu conteúdo pragmático e semântico.

O processo de Formulação está relacionado às configurações ainda subjacentes de uma língua, nos níveis pragmático (Interpessoal) e semântico (Representacional). O Nível Interpessoal representa a ação do Falante em evocar referentes e em atribuir propriedades de acordo com o seu objetivo comunicativo. Nesse nível estão presentes várias camadas hierárquicas: o Movimento, o Ato Discursivo, a Ilocução, o Conteúdo Comunicado e os Subatos Referencial e Atributivo.

Nosso trabalho analisa a camada do Ato Discursivo, que, de modo geral, pode ser composto por quatro tipos diferentes de unidades: a Ilocução, os Participantes e o Conteúdo

representations into morphosyntactic and phonological ones. The operation of Formulation involves three interlinked processes: the selection of appropriate frames for the Interpersonal and Representational Levels; the insertion of appropriate lexemes into these frames; and the application of operators symbolizing the grammatical distinctions required in the language under analysis. Encoding also involves three processes: the selection of appropriate templates for the Morphosyntactic and Phonological Levels; the insertion of free and bound grammatical morphemes; and the application of operators that play a role in the process of articulating the output of the grammar.

Comunicado. A Ilocução diz respeito às propriedades formais e lexicais do Ato Discursivo, utilizadas em um uso interpessoal para representar a intenção comunicativa do falante, tais como afirmação, ordem, questionamento, alerta, etc. Os participantes alternam os papéis de Falante (P1) e Ouvinte (P2), representados por meio de vocativos e pronomes, por exemplo. O Conteúdo Comunicado, por sua vez, contém aquilo que o Falante deseja evocar durante a interação, sendo constituído por um ou mais Subatos, aos quais são atribuídas funções pragmáticas.

Os Subatos são subordinados ao Ato Discursivo e representam a ação comunicativa do falante. Estes podem ser de Atribuição (T), quando o Falante evoca uma propriedade, como *comer, bonito, cinza*, a qual se aplica a uma entidade, e de Referência (R), enquanto tentativa do Falante de evocar um referente, entidade discursiva.

A aposição restritiva oracional, a ser analisada nesta pesquisa, apresenta-se, segundo nossa hipótese, como um Subato Referencial, sendo o encapsulamento do conteúdo oracional um mecanismo (nominalização textual-discursiva) que permite que este conteúdo seja alvo de predicções (Subatos Atributivos), contribuindo para estratégias coesivas e argumentativas do falante. Nesse sentido, tomando como exemplo a ocorrência: “*Aos brasileiros sempre foi vendida a ideia de que as tão esperadas reformas tributárias, fiscal e da Previdência não poderiam ser feitas em meio a situações de crises econômicas*” (refedrev-gj), toda a construção constituída pelo nome “*ideia*” + o conteúdo da oração seguinte pode ser analisada, no nível Interpessoal, como um subato referencial (nome encapsulador) que encapsula e rotula como ideia (Conteúdo Proposicional) relativo ao conteúdo da oração seguinte, que pode ser alvo de predicções.

Obedecendo à hierarquia do modelo, em relação aos níveis do Componente Gramatical, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), tem-se o Nível Representacional, que trata dos aspectos semânticos de uma expressão linguística, descrevendo o mundo real ou imaginário. Esse nível opera unidades semânticas organizadas hierarquicamente, que são entendidas como “categorias semânticas”, designando certos tipos de entidades: Indivíduo, entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de existência; Estado-de-coisas, entidade de segunda ordem, localizada no espaço e tempo e que pode ser avaliada em termos de realidade; Conteúdo Proposicional, entidade de terceira ordem, que constitui um construto mental e não pode ser localizado no tempo e no espaço, mas avaliado em termos de verdade; e Propriedade, que pode ser caracterizada em termos de aplicabilidade, mas não tem existência independente.

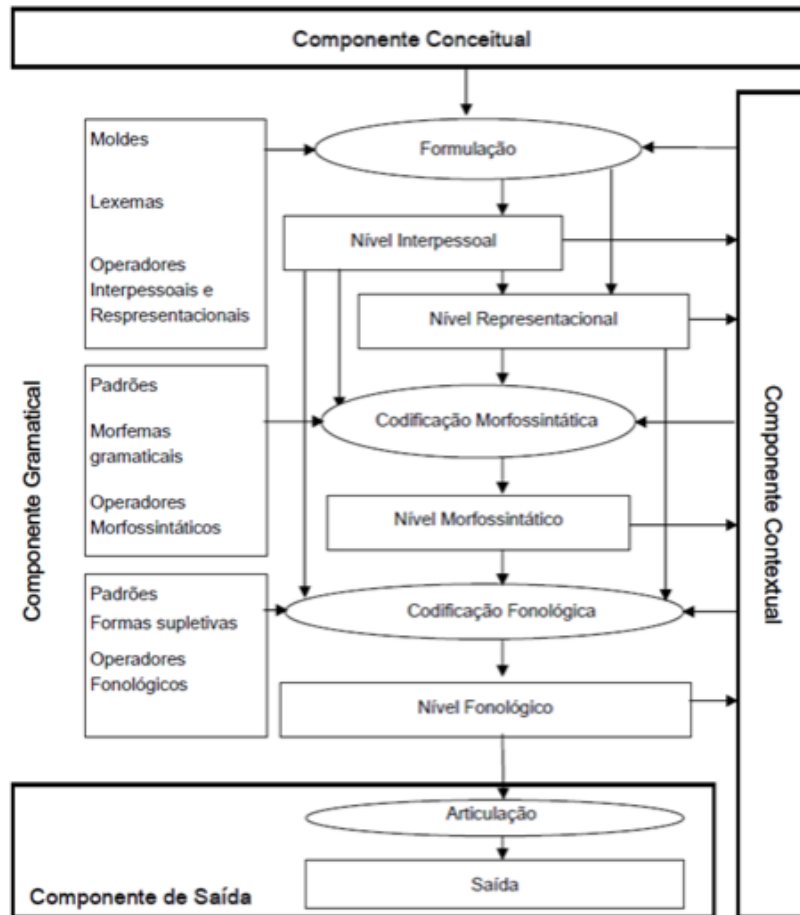
Este nível também se organiza de maneira hierárquica e, por isso, tem sua natureza dependente em parte do Nível Interpessoal. O núcleo básico deste nível é o Estado- de-Coisas, que pode formar Episódios, unidades tematicamente coerentes. Estas unidades podem constituir um conjunto de Conteúdos Preposicionais, considerados construtos mentais sobre um conjunto de Estados-de-Coisas que não existem no tempo nem no espaço, mas que podem designar conhecimento ou crença sobre o mundo real, ou desejos e esperanças sobre o mundo imaginário. Esses Conteúdos Proposicionais podem dizer respeito a atitudes proposicionais ou termos de sua origem.

Em nossa pesquisa, analisaremos que tipo de categoria, semântica (do nível Representacional) ou pragmática (do nível Interpessoal) é encapsulada e rotulada pelo nome nas posições restritivas oracionais, e formulamos a hipótese de que são Estado-de-coisas (*fato*), Conteúdo Proposicional (*ideia*), Ilocução (*explicação*), em construções como *a ideia de que a vacinação é absurda; o fato de que o assunto é importante; a explicação de que o trânsito estava horrível*.

A segunda operação, a de Codificação, também depende dos conjuntos de primitivos e envolve três processos. O primeiro envolve a seleção de modelos apropriados para os níveis Morfossintático (Expressões Linguísticas, Sintagmas e Palavras); e Fonológico (Enunciados, Sintagmas Entonacionais, Sintagmas Fonológicos e Palavras Fonológicas). O segundo envolve a inserção de morfemas gramaticais livres e presos no Nível Morfossintático e suas formas no Nível Fonológico. E o terceiro diz respeito à aplicação de operadores encontrados nos níveis Morfossintático e Fonológico.

A GDF propriamente dita é o Componente Gramatical. É, portanto, um modelo de gramática inserido num modelo mais amplo da produção do discurso. Sendo assim, o discurso é analisado a partir de informações discursivas codificadas na gramática da língua. Esse processo é representado pela Arquitetura Geral da GDF:

Figura 1 — Esquema geral da GDF



Fonte: Traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 4).

A estrutura da GDF tem início com a intenção do Falante no Componente Conceitual e se desenvolve até a articulação, no Componente de Saída. O Componente Conceitual é onde o ato discursivo começa, com atividade cognitiva pré-linguística. É nesse componente onde surgem as intenções comunicativas do falante, representando as questões ideacionais e interativas que influenciam os atos discursivos.

Para que essas intenções comunicativas imediatas partam para a codificação, a operação de Formulação traduz tais representações conceituais em representações pragmáticas e semânticas, nos níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente.

Descendo mais um nível, no nível Morfossintático, as representações pragmáticas e semânticas começam a ser codificadas, tornando-se mais concretas. Essas representações são codificadas e analisadas pela sua composição sintática e constituintes, orações, morfemas, ordem de palavras, etc. Nossa hipótese é que as construções apositivas restritivas oracionais analisadas nesta pesquisa se caracterizam, tipicamente, como um Sintagma Nominal (SN), com determinante definido, seguido de um nome genérico e de uma oração com verbo na forma não finita. Os nomes genéricos usados nessa construção são *ideia, fato, tese, desculpa, questão,*

entre outros. Supomos que nomes que designam Estado-de-coisas, tais como *fato*; e Conteúdos Proposicionais, tais como *ideia*, funcionam comumente como núcleos da construção apositiva restritiva oracional.

Em seguida, as representações do nível Morfossintático são codificadas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico, e as expressões são analisadas de acordo com as unidades fonológicas, como enunciado, frase entonacional, frase fonológica e palavra fonológica, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008).

É nesse nível que, na discussão sobre os limites entre aposição e complementação, se deve levar em consideração, por exemplo, a existência ou a possibilidade de pausa entre o nome e a oração. Esse aspecto também será importante para a análise das apositivas em questão, que são caracterizadas por Bloomfield (1979) e Quirk *et al.* (1985) como uma única unidade de informação, sem pausa na fala, nem pontuação na escrita.

O Componente Contextual é considerado um componente não gramatical, uma vez que contém apenas informações contextuais e limitadas. Esse componente abriga, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 9-10), a informação imediata recebida do Componente Gramatical, relativa a uma declaração particular que é relevante para a forma que as declarações subsequentes podem tomar, e as informações de longo prazo sobre a interação em curso. É a esse componente que alguns fenômenos como a reflexividade, a anáfora e os casos de encadeamento narrativo se ligam.

O último componente, o de Saída, relaciona-se à produção de expressões acústicas ou ortográficas advindas das informações do Componente Gramatical, transformando estruturas fonológicas em articulação.

2.3 Síntese Conclusiva

Neste capítulo, procuramos apresentar uma visão geral do Funcionalismo linguístico, pressupostos teóricos e principais vertentes, as quais se relacionam especialmente ao modelo teórico que é suporte para esta pesquisa: a Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Na discussão sobre os pressupostos funcionalistas, destacamos a consideração da multifuncionalidade da linguagem, das regularidades flagradas no uso da língua a partir de determinadas situações discursivas.

Tratamos da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008) mostrando como essa teoria se aproxima de tais pressupostos funcionalistas ao mesmo tempo

que se diferencia de outras teorias funcionalistas propostas, apresentando as características que marcam esse modelo gramatical.

Explicamos o modelo de arquitetura geral da GDF e chamamos a atenção para sua natureza modular e sua arquitetura de estratificação descendente (*top-down*), levando em consideração as operações de Formulação e Codificação e os Níveis Interpessoal (Pragmática), Representacional (Semântica), Morfossintático (Morfossintaxe) e Fonológico (Fonologia) - presentes no Componente Gramatical. Caracterizamos, ainda, os componentes não gramaticais da teoria, os componentes Conceitual, Contextual e de Saída.

Esperamos que, a partir desses conceitos expostos, o leitor consiga acompanhar o desenvolvimento do nosso estudo sobre a aposição restritiva oracional no português brasileiro contemporâneo, que tem como suporte esse referencial teórico. A partir do próximo capítulo, passamos, então, a tratar de forma mais direta do fenômeno da aposição.

3 APOSIÇÃO RESTRITIVA ORACIONAL

Este capítulo é destinado à discussão do objeto desta pesquisa, a aposição restritiva oracional, tendo em vista seus aspectos conceituais. A primeira seção apresenta as características gerais da aposição com base nos trabalhos de Quirk *et al.* (1985), Meyer (1992) e Nogueira (1999), mais especificamente, uma discussão sobre o conceito e os critérios de identificação da aposição. A segunda seção trata da aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo – Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), considerando os elementos apositivos, os quais constituem uma única unidade de informação, de acordo com Quirk *et al.* (1985) e Keizer (2007). A terceira seção trata da aposição restritiva com preposição, a partir de Quirk *et al.* (1985), os quais referem tais construções como “*appositions with of-phrases*”, e Keizer (2007). A quarta seção apresenta a aposição restritiva oracional com preposição “de”. A quinta seção, por fim, traz uma síntese conclusiva.

3.1 Aposição: aspectos conceituais

No domínio da gramática tradicional e até em parte da literatura linguística, não existe um consenso acerca das características definitórias das construções apositivas. Tradicionalmente, a aposição costuma ser identificada em estruturas que apresentam uma pausa entre elementos nominais e estruturas com ausência de pausa entre esses elementos, sendo o primeiro o termo especificado e o segundo, o especificador.

Os estudos acerca das posições se concentram nas propriedades morfossintáticas e semânticas, considerando apenas a correferencialidade dos constituintes nominais e as relações morfossintáticas entre eles, de forma que os critérios de investigação em torno do estatuto gramatical voltam-se, em geral, para as propriedades de identidade referencial, ou correferência, de identidade funcional e identidade categorial entre os elementos apositivos (Nogueira, 1999).

Para alguns autores, como Rodriguez (1989), Burton-Roberts (1987), Lago (1991) apenas a categoria não restritiva da aposição é levada em consideração, por esta ser constituída por sintagmas nominais (SN) correferenciais justapostos, o que exclui outras relações gramaticais, como a modificação, a complementação e a coordenação.

Meyer (1992) defende que a relação de aposição se manifesta por meio de diferentes estruturas morfossintáticas, dentre elas, a aposição nominal/oracional, foco deste trabalho, como ilustrado pelo autor:

- a. There is perhaps no value statement on which people would more universally agree than *the statement that intense pain is bad*. (Meyer, 1992, p. 11, grifos do autor) (Não existe talvez uma declaração de valor com a qual as pessoas concordariam mais universalmente do que *a declaração de que dor intensa é ruim*).

Em relação à correferencialidade, Rodriguez (1989) e Taboada (1978) defendem que a correferência é uma característica inerente à aposição. Alguns estudiosos, como Quirk *et al.* (1985, p. 1303) consideram outras estruturas como apositivas, como as denominadas aposições restritivas ou *close appositions* (Bloomfield, 1979, p. 186), embora não apresentem o traço de correferência entre os termos. Nesse tipo de aposição, os elementos constituintes formam uma única unidade informacional, o que é marcado pela ausência entre eles de uma pausa na fala ou de um sinal de pontuação na escrita. Lago (1991) e Rodriguez (1989) negam que exista, nesse tipo de construção, uma relação de correferência, mas sim de atribuição, logo, negam que se trate de um tipo de aposição.

Nogueira (1999) defende a possibilidade de muitas construções serem analisadas como apositivas, mesmo sem elementos estritamente correferenciais, uma vez que apresentam outras propriedades associadas à construção apositiva canônica. A autora chega à conclusão de que a correferência não deve ser vista como condição necessária para a existência da aposição. Quanto à identidade funcional, Nogueira (1999) ainda apresenta uma discussão sobre a funcionalidade do termo em aposição e afirma serem pontos fundamentais para essa discussão as noções de atribuição e de simetria de construção. Gramáticos e linguistas têm concordado com frequência que os elementos na aposição, necessariamente, apresentam um estatuto funcional idêntico na oração em que se encontram, mas não têm chegado a um consenso acerca da identidade funcional nas construções ditas apositivas.

As diferenças teóricas surgem em torno do conceito de “atribuição” na descrição da estrutura apositiva, pela possibilidade de atribuir qualidades, caracterizando o ser designado por um substantivo, quanto por designar um tipo de construção endocêntrica, constituída por um núcleo e atributo.

Nogueira (1999) questiona as descrições propostas por Hockett (1958, p. 185) e por Tesnière (1976, p. 163) quanto à aposição, uma vez que os autores a identificam com a coordenação. A autora relaciona esse impasse conceitual à necessidade de distinção entre função sintática e processo de construção.

Quanto à questão de simetria, Quirk *et al.* (1985) e Meyer (1992) adotam a perspectiva de gradiência categorial para a aposição, defendendo, assim, um tipo de aposição canônica e outras construções periféricas. Para isso, os autores e outros estudiosos do assunto relacionam a existência de identidade funcional à possibilidade de suprimir e permutar itens sem que isso acarrete prejuízos à oração resultante.

A possibilidade de supressão e permuta evidencia níveis de simetria de uma construção sintática, mas não evidencia a natureza totalmente sintática da aposição. Os testes de permuta e supressão podem gerar sentenças não aceitáveis em razão da natureza semântica e pragmática, mas, apesar dessa limitação, tal critério ajuda a caracterização de construções apositivas prototípicas e periféricas.

Quanto à identidade categorial, a aposição costuma ser considerada uma construção com elementos de natureza nominal. Alguns gramáticos e linguistas, como Lima (1985), no entanto, assumem uma concepção mais abrangente, alargando o processo apositivo de elementos apenas nominais, para constituintes quaisquer justapostos, de mesma classe sintática ou não, em que o segundo especifica ou explica o sentido do primeiro.

Destacamos a concepção de Halliday (1985) que considera a aposição uma elaboração, manifestada por uma exposição ou exemplificação. Quando exposição, o constituinte secundário reformula a tese do primeiro e, com outras palavras, o apresenta sob um outro ponto de vista, ou o reforça. Quando exemplificação, o constituinte secundário especifica a tese do primário, fornecendo um exemplo.

Quirk *et al.* (1985, p. 1303) também apresentam uma concepção mais abrangente de aposição, considerando tanto elementos apositivos de mesma classe sintática, quanto de classes sintáticas diferentes. No primeiro caso, esse tipo de aposição é chamado de *estrita* (*strict apposition*), no segundo, de *fraca* (*weak apposition*). Estas não se enquadram nas aposições ditas *plenas* (*full appositions*) pelos gramáticos.

Meyer (1992) também não só considera a aposição entre dois sintagmas nominais, embora considere assim a mais central, como também as não nominais sintagmáticas, sentenciais, entre diferentes classes de formas, e oracionais, como é o caso das estruturas analisadas no nosso trabalho.

Consideramos, portanto, neste trabalho as características típicas da aposição, a natureza nominal e identidade entre elementos, como condições não necessárias, e adotamos um ponto de vista mais abrangente, considerando outros aspectos semânticos e funcionais.

3.2 Aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo – Funcional

A aposição restritiva apresenta uma grande complexidade quanto à sua caracterização, sendo, dessa forma, foco de discussão para diversos linguistas e gramáticos. Keizer (2007), a partir da Gramática Discursivo-Funcional, define traços de uma construção apositiva restritiva na língua inglesa, a partir da análise de forma detalhada do comportamento pragmático, semântico e morfossintático dessas construções. Esses traços são fundamentais para assentar características prototípicas desse tipo de construção e diferenciá-la de outras semelhantes.

Lemson (2016) baseando-se nas propriedades apontadas por Keizer (2007) levantadas para o estudo sobre a aposição restritiva na língua inglesa, buscou definir os traços definitórios de uma construção apositiva restritiva, agora no português brasileiro contemporâneo. A autora busca provar que muitos estudos sobre o processo de construção restritiva não conseguiram ser elucidativos por não levarem em consideração os aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos da aposição.

Na gramática tradicional, esse tipo de construção é apresentado com uma grande similaridade com o adjunto adnominal. Bechara (2003), por exemplo, aproxima a aposição do adjunto adnominal, alegando que uma das diferenças entre as duas funções é que os apostos especificativos (equivalentes à aposição restritiva da GDF), principalmente os acompanhados pela preposição *de*, estão ligados a nomes de instituições, logradouros e acidentes geográficos. O autor utiliza uma explicação semântica para seu pensamento. Ele cita dois exemplos, *casa de Pedro* e *Ilha de Marajó*. Na primeira construção, *casa* e *Pedro* são realidades diferentes, enquanto na segunda, *Ilha* e *Marajó* designam a mesma realidade, além de ambos os nomes serem escritos com inicial maiúscula, apontando para a diferença semântica.

Na mesma direção, Lima (1985) pontua as diferenças com base semântica entre *A cidade de Londres* e *A neblina de Londres* e *A população de Londres etc.*, reparando que, no primeiro caso, os nomes *cidade* e *Londres* designam o mesmo ser, enquanto as outras construções, por sua vez, apresentam valor de adjetivo, funcionando como adjunto adnominal. Lemson (2016) apresenta discussões sobre outros posicionamentos e critérios de outros teóricos e gramáticos sobre a fronteira entre aposto e adjunto adnominal, como a de Cunha e Cintra (2001), que buscam diferenciar esses termos a partir da transformação do sintagma preposicionado em um sintagma adjetival, como nos exemplos a seguir:

- a. O clima *de Lisboa*/O clima *lisboeta*
- b. O soneto *de Bilac*/O soneto *bilaquiano*

Para os autores, caso seja possível essa transformação, trata-se de um sintagma com função de adjunto adnominal.

Macambira (2001), valendo-se dessa fórmula, faz testes com adjetivos desconhecidos por muitos falantes, por exemplo, casa palhaça = casa de palha. Lemson (2016) pontua que essa tentativa de modificar a escolha do falante ao substituir estruturas presentes em seu discurso interfere diretamente na forma pragmática da mensagem, reflexão esta que nos parece bastante coerente.

A partir dessas análises, é perceptível que ainda é comum a ênfase apenas no comportamento morfossintático das construções apositivas, a partir de exemplos descontextualizados, não considerando, assim, as intenções comunicativas do usuário da língua.

Sobre a identidade funcional entre os elementos da aposição, Câmara Jr. (1986, p. 57-58) acredita haver na aposição restritiva uma sequência e não um sintagma. O autor também afirma que, se os termos da aposição restritiva puderem ser intercambiados, isso implica em uma equifuncionalidade sintática, e não em uma relação de correferencialidade entre os termos.

Taboada (1978) considera a identidade funcional um critério definidor da aposição restritiva, levando em consideração aspectos semânticos dos elementos que a constituem: eles precisam constituir um elemento funcional único em relação à oração; eles devem ser intercambiáveis, mas sem modificar a estrutura e as funções da construção; eles devem ser capazes de sofrer supressão, sem, contudo, modificar a estrutura da oração e o seu sentido contextual.

Diante de muito que é discutido em relação à aposição, Lemson (2016) vale-se da mesma posição de Nogueira (1999) a qual defende a importância de se distinguir função sintática de processo de construção. As autoras classificam a aposição como uma construção e não uma função sintática, uma vez que, a partir disso, se torna possível a análise de construções apositivas em que não se consegue afirmar a existência de função sintática de um ou mais elementos. Sendo assim, nas análises das aposições como construções, o que se observa são construções mais típicas do que outras, ao apresentarem um maior número de traços característicos. Dessa forma, as construções podem se aproximar ou se afastar do protótipo da categoria, de acordo com suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Para Keizer (2007, p. 22) essas diferenças sintáticas, semânticas e pragmáticas são importantes nas construções apositivas, revelando subtipos. Mesmo havendo diferentes possibilidades ou “subtipos”, a autora flagra algumas construções e as caracteriza assim⁵:

- a) contêm dois elementos nominais;
- b) não há nenhum elemento de ligação entre os elementos;
- c) um elemento é um nome próprio ou nome denotado como de referente único e outro é um nome ou substantivo contável;
- d) na fala, os elementos formam uma unidade de entonação; na escrita, não são separados por vírgula;
- e) ambos os elementos se referem à mesma entidade;
- f) existe uma relação semântica de modificação, predicação ou especificação.

Keizer (2007), a partir dessa caracterização geral das construções apositivas denominadas *close apposition*, analisa alguns aspectos específicos como o traço fonológico da aposição, a classe dos elementos presentes, o núcleo na aposição e a definitude.

Sobre o traço fonológico, Keizer (2007) afirma que as aposições restritivas em inglês são pronunciadas como uma única unidade, sem pausa antes do segundo nome. Para ela, o acento principal recai sobre o nome próprio, e o segundo aparece junto ao primeiro nome, como no exemplo:

- a. Isto é realmente uma grande vitória em casa para Jaguar e de fato para Silverstone, pois *o chefe da Jaguar Tom Walkenshaw*, é naturalmente, o uh diretor-executivo do Circuito Silverstone⁶)

⁵ Tradução nossa de: As a preliminary characterization, we can say that all the constructions in (1) have the following formal characteristics:

(i) They contain two nominal elements;(ii) There is no linking element between these elements (as opposed to such constructions as the city of Rome, the name of Algernon)
 (iii) One element is a proper noun (Types 1a, 2, 3 and 4a), or some other element which is normally taken to be uniquely denoting (Type 1b); the other element is a count noun;1
 (iv) In spoken language the two elements form one intonation unit; in written language the two elements are not separated by a comma.

In addition the following semantic features are often mentioned:

(v) Both elements refer to the same entity;
 (vi) There is a semantic relation (of modification, predication or specification) between the two elements. Keizer (2007, p. 22-23).

⁶ Tradução nossa de: This is a really big home in win for Jaguar and indeed for Silverstone because **the Jaguar boss Tom Walkenshaw** is of course the uh managing director of Silverstone Circuits the BRDC <ICE-GB: S2A-012 #90:6:A>Keizer (2007, p. 26).

Diferentemente do que ocorre numa aposição não restritiva, em virtude da pausa, ambos os elementos recebem o acento primário.

Em relação à classe dos elementos, a autora conclui que as aposições restritivas em inglês se constituem de um elemento como um nome próprio ou com referência única, e outro elemento como nome contável.

Quanto à ordem na construção apositiva, os substantivos, em inglês, pertencentes à subclasse dos substantivos próprios ou de referência única estão, geralmente, na posição de segundo elemento, e, em outros contextos, não podem ser acompanhados de artigo, enquanto os que pertencem à subclasse dos substantivos comuns contáveis estão na posição de primeiro elemento e podem, em outros contextos, ser precedidos pelo artigo. Para a autora, então, as seguintes estruturas seriam aceitáveis como aposições:⁷

- a. Esta história parece ser a origem da *ópera Turandot*.
- b. Incidentalmente, no momento em que eu publiquei o ensaio thyroxin, Burt e Galloway nos EUA publicaram um procedimento similar, exatamente idêntico, para a medição da *insulina seroglycerin*, usando um anticorpo como agente de ligação.

Nos dois exemplos, *a ópera Turandot* é formado por um substantivo comum (ópera) seguido de um substantivo próprio (Turandot), e *insulina seroglycerin* é formado por um substantivo comum contável seguido de um substantivo comum de referência única (seroglycerin).

Sobre a nuclearidade da aposição, Keizer (2007, p. 30) considera determinante a análise da possibilidade da omissão sintática. A autora apresenta alguns pontos de vista de teóricos, tais como o de Hockett (1955) que defende a ideia de que ambos os elementos podem tanto restringir quanto ser restringido; de Burton-Roberts (1975) e Acuña-Fariña (1996) que sustentam o nome próprio como núcleo, visto que ele determina restrições aos possíveis determinantes e modificadores. Keizer (2007) discorda dessa posição, pois prova que não é necessário um determinante a uma aposição restritiva para esta ser assim classificada.

⁷ Tradução nossa de:

a. This story appears to be the origin of the *opera Turandot* randot <ICE- GB:S2A-059#82:1:A>

b. Incidentally at the time I published the thyroxin essay Burt and Galloway in the States published a similar procedure exactly identical for the measurement of the *insulin seroglycerin* using an antibody as the binding agent <ICE-GB:S2A-042 #91:1:A> Keizer (2007 p. 26).

A definitude é um outro traço explorado pela autora nas análises das aposições restritivas no inglês. Trata-se de um traço pragmático, o qual é representado pelo artigo definido. A autora defende que o artigo atua sobre toda a aposição restritiva.

Além dessa discussão acerca dos traços sintáticos, semânticos e pragmáticos das aposições restritivas no inglês, Keizer (2007) trata das funções discursivas por meio das quais podem ser analisadas essas construções: Identificação, por meio de uma informação mais específica (*uso funcionalmente identificador*), Identificação por meio de uma descrição (*uso descritivamente identificador*), Identificação contextualmente nova (*uso apresentativo*) e Identificação por contraste de propriedades (*uso constrativo*); definidas a partir da função do discurso em um dado contexto.

A primeira função, de Identificação, ocorre para mostrar ao ouvinte que o elemento definido na aposição não está sendo usado na sua função prototípica. Para exemplificar, Keizer (2005, p. 451) traz alguns exemplos:

- a. *The number four is my luck number / O número quatro é o meu número da sorte.*
- b. *I've always liked the colour blue / Eu sempre gostei da cor azul.*

A autora mostra que, em um primeiro momento, essas construções podem parecer redundantes, uma vez que para o usuário da língua a palavra *quatro* denota um número, a palavra *azul* denota cor, o que não exige um elemento para explicitar essa informação. No entanto, a autora explicita que essa aparente redundância se justifica porque o elemento singularmente definido na aposição restritiva não está exercendo a sua função prototípica (*quatro, azul*), pois números cardinais geralmente são usados como quantificadores, não como substantivos, cores são tipicamente usadas como adjetivos, letras não costumam funcionar como substantivo e nomes próprios geralmente são usados para se referir a uma pessoa.

A autora explica que esse uso não prototípico se justifica por trazer informações que orientam o Ouvinte a fazer uma interpretação correta sem “muito custo adicional”. Assim, como essa construção, a autora mostra outras nas quais um elemento descritivo ou restringido (núcleo) explicita outras informações acerca do elemento singularmente definido dentro da aposição restritiva. Isso pode, segundo ela, parecer redundante, mas, na verdade, se justifica uma vez que o elemento definido está exercendo uma outra função, que não é prototípica. Os números cardinais são usados normalmente como quantificadores, mas, no caso acima, *quatro* não está sendo usado como quantificador. A explicação que a autora dá é que essas informações orientam o ouvinte na interpretação da informação de uma forma não custosa.

A função *uso descritivamente identificador* por sua vez acontece quando o elemento descritivo fornece informações para o ouvinte ancorar um referente (linguístico ou extralinguístico) no contexto comunicativo. Essa função é considerada por Keizer (2005) a mais comum entre as posições restritivas no inglês. Essa função se justifica porque informações adicionais do elemento restringido da posição podem evitar possíveis perguntas do destinatário.

Quanto à função de uso apresentativo, Keizer (2005) afirma ser esta função em que o elemento descritivo fornece informações contextualmente novas. Esta função, segundo a autora, difere do uso descritivamente identificador no estado pragmático do elemento descritivo, porque, enquanto nesta função esse elemento contém informações constantes ou inferidas do contexto, naquela as informações são contextualmente novas. Por esse motivo, o elemento na função de uso apresentativo não pode ser antecedido por um pronome possessivo, uma vez que este estaria remetendo a uma informação dada contextualmente.

A última função discursiva, a de uso contrastivo, ocorre quando as informações do elemento descritivo contrastam o referente da posição restritiva do referente de outra posição restritiva. Segundo a outra, isso ocorre por meio de diferentes tipos de contrastes: a) o contraste entre duas entidades do mesmo tipo, b) o contraste entre as entidades de um tipo diferente, em que um nome, propriamente dito, distingue-se do nome de uma pessoa e c) o contraste caracterizado pelo fato de que as duas construções parecem referir-se à mesma entidade (pessoa), mas se contrastam propriedades (papéis) diferentes desta pessoa.

Destacamos que as funções textual-discursivas acima atribuídas por Keizer (2005) a construções restritivas são para estruturas diferentes das analisadas neste trabalho e foram explicitadas apenas para situar o leitor acerca do tratamento das posições restritivas. Para as posições restritivas oracionais, objeto deste trabalho, no âmbito textual-discursivo, consideramos as propriedades textualizadoras gerais desse tipo de construção, a saber um expediente textual-discursivo de projeção, que permite estratégias textuais ligadas à nominalização, encapsulando e topicalizando o conteúdo encapsulado que passará a tópico discursivo.

Nesta seção, buscamos trazer uma breve discussão acerca da posição restritiva à luz da Gramática Discursivo – Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008). De início, foi levantada a questão da complexidade da caracterização desse tipo de construção entre gramáticos tradicionais e linguistas e o posicionamento de Lemson (2016) com suas contribuições acerca da posição restritiva no português. Depois foram caracterizados os elementos positivos constituintes dessa construção a partir dos traços definitórios analisados

na aposição restritiva no inglês por Keizer (2007), a partir de alguns aspectos específicos como traço fonológico, classe dos elementos presentes, núcleo na aposição e definitude.

Essa caracterização leva em consideração a aposição restritiva como um tipo de construção, e não uma função sintática, utilizando critérios morfossintáticos, semânticos e pragmáticos em um dado contexto do discurso. Para análises das aposições, defendemos, assim como Lemson (2016) e Nogueira (1999), o conceito de prototipia, de forma que essas construções podem aproximar-se ou afastar-se de uma representação prototípica da aposição, de acordo com suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas.

3.3 Aposição restritiva com preposição

A aposição restritiva apresenta uma grande complexidade quanto à sua identidade e funcionalidade entre gramáticos e linguistas. O assunto torna-se ainda mais controverso quando se fala do estatuto das aposições restritivas com elemento de ligação. Na literatura, para alguns, sintagmas como *o mês de maio, a cidade de Paris*, não se constituem como aposições, pois contêm, em sua estrutura, uma modificação restritiva, assemelhando-se, nesse caso, às construções de subordinação.

Keizer (2007, p. 61) considera três aspectos como fundamentais para as construções de aposições restritivas em inglês com a preposição *of*, que são: a) o elemento que funciona como o elemento principal da construção em *of*, b) o estatuto do segundo elemento nominal da construção e c) o estatuto do elemento *of*.

A autora contrasta essas estruturas afirmativas no inglês com construções com *of*. As construções com as quais ela comparou as aposições com preposição *of* foram os tipos partitivos, núcleo-modificador, núcleo-complemento e núcleo-qualificador. Numa aposição restritiva em inglês não há, segundo a autora, uma relação de posse ou de restrição entre os elementos N1 e N2, em que N2 modifica ou complementa o N1, como acontece nesses outros tipos de construções.

Para a autora, os sintagmas partitivos são SNs compostos por dois elementos nominais ligados por *of* com um sintagma preposicionado também referencial. Esse tipo de estrutura veicula, tipicamente, uma propriedade semântica parte-todo. O primeiro elemento (N1) é considerado como principal, enquanto o segundo, do sintagma preposicionado, é assumido como referencial, como no exemplo abaixo retirado de Keizer (2007, p. 62):

- a. *One of my friends (Um de meus amigos).*

O segundo tipo, o núcleo-modificador, também apresenta sintagma preposicionado referencial, tendo como N1 um nome relacional e N2 como modificador, como no exemplo presente em Keizer (2007, p. 64):

- a. *the mosaics of Venice (os mosaicos de Veneza).*

O terceiro tipo, núcleo-complemento, apresenta em N1 um nome relacional, exigindo um complemento, exemplificado pelo exemplo *the production of penicillin (a produção de penicilina)*, (Keizer, 2007, p. 64), sendo ambos os elementos referenciais.

O último tipo de sintagma, do tipo núcleo-qualificador, apresenta, diferentemente das outras construções, um todo referencial, sem referência independente dos elementos, como apresenta o exemplo: *A book of comics (um livro de humor)*, (Keizer, 2007, p. 71).

Segundo Keizer (2007), as unidades que constituem as aposições restritivas com *of* também não têm referência independente, de forma que a construção como um todo é que funciona como subato referencial. A autora destaca esse tipo de construção como um fenômeno relevante e diferente das outras construções núcleo-modificador, devido ao tipo de relação semântica flagrado entre os dois elementos, como em *a cidade de São Paulo*, em que N1 pode ser predicado de N2, o que resulta *São Paulo é uma cidade*, ou pelo fato de N2 poder especificar N1, como em *A cidade é São Paulo*. (Quirk *et al.*, 1985).

Para Keizer (2007), esse tipo de construção apositiva é uma estratégia para que o nome próprio indiretamente receba modificações, uma vez que isso não ocorre comumente. Essa modificação recai sobre toda a estrutura, na verdade, mas se detém principalmente no nome comum, o qual ocupa a posição N1. Fazendo um paralelo com o português, Serafim (2019) verifica que essa modificação no nome próprio é possível, a partir dos exemplos:

- a. De repente, não mais que um “de repente” meio fajuto, as carrocinhas de comida viraram moda na *nossa mui leal e heroica cidade de São Sebastião*
- b. De repente, não mais que um “de repente” meio fajuto, as carrocinhas de comida viraram moda na *nossa mui leal e heroica São Sebastião*

Ainda sobre a possibilidade de relações estabelecidas entre N1 e N2, Quirk *et al.* (1985) propõem um teste de nuclearidade por meio do qual é possível ver as aposições restritivas com *de* como nominalizações de sentenças copulares, indicando a existência de uma

relação óbvia, como em *A cidade de Roma* e a oração *A cidade é Roma*. A partir do teste, N1 assume a função de sujeito da oração, enquanto o elemento N2 é o predicativo do N1.

Keizer (2007) reconhece a possibilidade do teste de nuclearidade, com a omissão de um dos dois nomes sendo aceitável, mas afirma ser complexo, por causa disso, definir a nuclearidade dessas construções. Serafim (2019) vê como possível no SN *a cidade de Roma*, tanto *Roma* quanto *cidade* substituírem a construção como um todo, pois a *cidade* e *Roma* são sintagmas nominais e ambos referem à mesma entidade. Porém, a autora prevê inadequações em nível pragmático, uma vez que não é em todo cenário discursivo que é possível a omissão de N1, de modo que o N2 sozinho trará mais de uma possibilidade de interpretação. Segundo ela, só é possível a substituição da construção toda por *a cidade*, em um contexto discursivo em que o SN *a cidade*, de forma subentendida, se refira a Roma. Keizer (2007), por sua vez, afirma ser possível substituir *Roma* pela construção toda sem que haja prejuízos semânticos e pragmáticos, uma vez que a parte e o todo possuem uma única referência.

Sobre as construções com relações semânticas de modificação e de posse analisadas por Keizer (2007), Lemson (2019) mostra que, em língua portuguesa, embora exista a possibilidade de diferenciar as funções semânticas entre elas, numa análise sintática, o segundo elemento dessas construções, N2, junto ao sintagma preposicionado do qual faz parte, exerce, em ambas, a mesma função sintática de adjunto adnominal.

Lemson (2019) também salienta algumas diferenças entre algumas construções analisadas por Keizer (2007, p. 61-62) e as suas equivalentes no português:

- a. *a sigh of contentment*/ um sinal *de* contentamento
- b. a hoarder of books / um acumulador *de* livros / um colecionador *de* livros
- c. a boat of fiberglass/ um barco *de* fibras de vidro.

Lemson (2019) salienta que fazemos a distinção entre as funções sintáticas de complemento nominal e adjunto adnominal e, por isso, destaca que não podemos pôr em um mesmo paradigma o exemplo “*um acumulador de livros*/ um colecionador *de* livros” e “*um sinal de contentamento*” ou “um barco *de* fibras de vidro”. A autora justifica mostrando que, em *um acumulador de livros* e *coleccionador de livros*, temos um complemento nominal, porque o sufixo “-dor” indica um agente, diferente de “um sinal *de contentamento*” ou “barco *de fibras de vidro*”, em que os sintagmas preposicionados exercem a função sintática de adjunto adnominal, porque apenas modificam e qualificam o N1.

Outra pontuação é feita por Lemson (2019), sobre as construções em língua portuguesa, ainda em relação à diferenciação entre as funções sintáticas de adjunto adnominal e complemento nominal a partir das construções de Keizer (2007), nos exemplos:

- a. the mosaics of Venice / o mosaico de Veneza.
- b. The cover of that book / a capa daquele livro.
- c. The writer of this book / o escritor deste livro.
- d. The production of penicilin/ a produção de penicilina.
- e. The cheering of the crowd / os aplausos da multidão.
- f. A picture of me / uma imagem de mim (uma imagem minha).

Lemson (2019) afirma que não podemos pôr no paradigma de construções com relações semânticas de posse, em português, o exemplo “os aplausos *da* multidão”, porque mesmo “*da* multidão” sendo considerado como adjunto adnominal pela maioria dos gramáticos, ela analisa como complemento nominal agentivo, pois *aplausos* não é algo possuído, como ocorre em “a capa *daquele* livro”, por exemplo. A relação defendida pela autora, com a qual concordamos, é a de que se trata, na verdade, de complemento agentivo, quem aplaude – *a multidão*. Essa característica distingue a complementação tanto da aposição como da construção núcleo-modificador.

A autora, portanto, sugere, para a língua portuguesa, os seguintes paradigmas para as construções analisadas, levando em conta tanto as relações semânticas, quanto a função sintática entre o primeiro e o segundo elemento com *de*:

Construções com relação semântica de modificação e com função sintática de adjunto adnominal:

- a. um sinal de contentamento
- b. um barco de fibras de vidro

Construções com relação semântica de posse e com função sintática de adjunto adnominal:

- a. os mosaicos *de* Veneza
- b. a capa *daquele* livro
- c. o escritor *deste* livro
- d. uma imagem *de* mim

Construções com relação semântica de complemento argumental

- a. um colecionador *de* livros
- b. os aplausos *da* multidão
- c. a produção *de* penicilina

Construções com relação semântica de meronímia ou parte pelo todo:

- a. alguns (dos) queijos
- b. Alguns (dos) queijos
- c. Qualquer uma de suas ideias

Pontuamos apenas que o que Lemson (2019) refere como construções com relação semântica de meronímia ou parte pelo todo, na verdade, trata-se de exemplos de partitivo.

Lemson (2019) também sugere, a partir do resultado da comparação feita por Keizer (2007), as seguintes características formais e semânticas para as posições restritivas em português com a preposição *de* (*of*):

Formais:

- a. contêm dois elementos nominais;
- b. os dois elementos formam uma unidade de entonação;
- c. um elemento é um nome próprio ou algum outro elemento que é normalmente o único denotado, e o outro elemento é um nome ou substantivo contável;

Semânticas:

- a. nenhum dos elementos é referencial; ambos podem, no entanto, ser usados para referir, de forma independente, a mesma entidade;
- b. há uma relação semântica de restrição entre os dois elementos.

Percebemos a complexidade desses tipos de posições com preposição entre dois elementos nominais e as diferentes funções sintáticas, semânticas e pragmáticas que estas podem estabelecer. Ressaltamos, porém, que as construções analisadas neste trabalho diferem desses tipos de posição, uma vez que, embora restritivas, a segunda unidade da construção constitui uma oração, ligada ao nome por um elemento morfossintático.

3.3.1 A posição restritiva oracional com preposição “de”

Como foi visto, Keizer (2007) reconhece que as construções apositivas restritivas não constituem um grupo homogêneo. Em língua portuguesa, as construções apositivas restritivas apresentam algum elemento conectivo entre os dois elementos nominais. Essas construções, em sua maioria, aproximam-se do que Keizer (2007) analisou como aposições com *of*.

Quanto às aposições com *of*, a autora as aproxima de outras construções nominais com preposição, reconhecidas pela gramática tradicional a partir de alguns termos como *aposto*, *adjunto adnominal* e *complemento nominal*, apresentando também fronteiras em relação às suas funções sintáticas e semânticas, e distinguindo relações de modificação e complementação. A autora analisa um conjunto de construções em que dois elementos nominais são ligados pela preposição *of*, e chega a algumas considerações as quais discutimos antes.

Nogueira (2017) expande as considerações da autora sobre essas construções nominais à análise de exemplos de aposições oracionais, não tratadas por Keizer (2007). Nogueira (2017) utiliza exemplos de aposição restritiva fornecidos por gramáticos e linguistas da língua inglesa, mas que podem ser equivalentes à tradução de estruturas correntes no português brasileiro. Neles são flagradas estruturas introduzidas por *that*, (também chamadas *that-apposition*) ligando-se a nomes como *fact* (fato), *idea*, (ideia) e *excuse* (desculpa), como em:

- a. The fact that he is leaving (Matthews, 1981, p. 231) (O fato de que ele está partindo).
- b. The idea that cats can't fly is true. (Meyer, 1989, p. 161) (A ideia de que gatos não podem voar é verdade).
- c. She rejected their excuses, even this last one, that investigations had taken several weeks (Quirk *et al.*, 1985, p. 1305) (Ela rejeitou suas desculpas, mesmo esta última, de que as investigações teriam levado várias semanas).

As *that appositions*, conforme discutido por Matthews (1981), referem-se a um tipo específico de estrutura gramatical na língua inglesa (e potencialmente em outras línguas) onde uma oração introduzida pela conjunção *that* funciona como um aposto. De acordo com o autor, no contexto das orações *that appositions*, a oração introduzida por *that* é usada para explicar ou especificar mais detalhadamente o substantivo que a precede, agindo como um aposto desse substantivo. Por exemplo, em uma sentença como "*She said that she would come/Ela disse que viria*" a oração "*that she would come/que viria*" não é uma *that apposition* porque simplesmente

relata o que foi dito. No entanto, em uma sentença como "*The idea that the world is flat is outdated/A ideia de que o mundo é plano está ultrapassada*" a oração "*that the world is flat/de que o mundo é plano*" é uma *that-apposition*, que especifica qual é a ideia sendo discutida, funcionando assim como um aposto da palavra *idea*.

Segundo Mathews (1981), essas estruturas são significativas porque elas mostram como as orações podem ser incorporadas dentro de outras orações para adicionar detalhes ou esclarecimentos sem necessariamente estender a complexidade da sentença de maneira linear. Elas são um exemplo da riqueza e flexibilidade da estrutura de sentenças em linguagens humanas, permitindo que os falantes expressem conceitos complexos de forma clara e concisa.

Nogueira (2017), retomando Matthews (1981), mostra a possibilidade de haver construções com nomes admitindo a realização de uma oração marcada ou não por uma fronteira entonacional. Nesses casos, como no exemplo *a*. "*The fact that he is leaving*", o substantivo não tem uma natureza valencial, não se trata de uma complementação a nomes, mas da possibilidade de admissão tanto de uma aposição fechada de Bloomfield (*close apposition*), como da forma mais "frouxa" de aposição (*loose apposition*).

Para Matthews, no exemplo *a* acima, a hipótese de complementação seria fortalecida caso os substantivos tivessem alguma nuance verbal. No entanto, não é o que o autor observa no geral. Ainda para o autor, a aposição ocorre se o nome for analisado como uma expressão referencial, e a oração for considerada um reforço para a identificação.

Valendo-se das considerações de Keizer (2007) acerca das diferenças entre construções apositivas com *of* e outras com núcleo-modificador e núcleo-complemento, e com os apontamentos de Matthews (1981), Quirk *et al.* (1985) e Meyer (1992) sobre as indeterminações de fronteira categorial, Nogueira (2017) analisa as ocorrências com usos semelhantes aos exemplos acima (a, b c) em construções do português brasileiro. A autora foca suas análises em estruturas oracionais as quais explicitam o conteúdo genericamente apresentado por um nome com o qual se liga por meio da preposição *de*. As ocorrências buscadas pela autora foram aquelas com os nomes *fato*, *tese* e *desculpa*, que correspondem, respectivamente, as camadas Estado-de-Coisas e Conteúdo Proposicional (nível Representacional) e Conteúdo Comunicado (nível Interpessoal) na GDF.

Nogueira (2017) utiliza os seguintes parâmetros para a análise dos dados, considerando a fronteira entre aposição e complementação: a) se o elemento nominal tem verbo cognato, b) se o elemento nominal é relacional, com alguma valência semântica, c) se a preposição é esvaziada ou não de sentido, ou se empresta algum valor semântico à construção, d) se a oração é necessariamente obrigatória, e e) se o nome é obrigatório.

Para *fato*, as ocorrências identificadas pela autora mostraram que não havia nenhum tipo de valência semântica no uso do nome. Nogueira (2017) chama a atenção para o fato de que, embora o nome não tenha verbo cognato, isso não é suficiente para definir sua natureza não relacional, pois há nomes valenciais sem verbos cognatos, como *vontade, apetite, medo*.

Nos exemplos analisados pela autora, *fato* se enquadra na categoria Estado-de-coisas. Nogueira (2017) também percebe que, em um dos exemplos “*O deputado parece ignorar o fato de que todas as leis devem respeitar a Constituição*”, o nome passa a encapsular conteúdos que têm natureza semântica de Conteúdo Proposicional. Quanto à preposição, ela funciona apenas como elemento meramente morfossintático. Além disso, há relação semântica de equivalência entre o nome e o conteúdo da oração a que ele se liga, típica de construções apositivas, como definem Quirk *et al.* (1985) e Meyer (1992).

A partir dos exemplos abaixo, analisados por Nogueira (2017, p. 16), ilustramos a representação que a autora propõe para essas construções apositivas oracionais quanto aos níveis Interpessoal e Representacional:

- a. O policial diz que hoje as armas dos criminosos são mais potentes. Ele exemplifica com *o fato de que, neste ano, foram apreendidos 56 fuzis pela polícia, contra 12 em 2005*.
- b. Ainda não aceitamos *o fato de que o aprendizado ocorre no trabalho*.

No nível Interpessoal, a autora considera toda a construção como um subato referencial constituído por um subato referencial (nome genérico) que encapsula e rotula como fato (Estado-de-coisas) o conteúdo da oração seguinte. No nível Representacional, a autora considera dois Estados-de-coisas, de forma que o segundo especifica o primeiro.

Quanto ao nome *Tese*, nos exemplos tratados por Nogueira (2017), a autora considera as construções com esse nome como apositivas por este ser um nome abstrato de estado e não apresentar verbo cognato. Nesses exemplos, *tese* instancia o significado de ideia ou proposição defendida:

- a. Dia de ontem derrubou *a tese de que acusados são perseguidos*.
- b. Riva desiste de habeas corpus e reforça *a tese de que fez delação premiada*.

Por apresentar esses possíveis significados, esse nome genérico, segundo analisa a autora, pressupõe a presença de um detalhamento sobre qual seria a tese, o que vai ser especificado pela oração seguinte.

No nível Interpessoal, é identificado um subato referencial (nome genérico e não relacional) encapsulador e rotulador, como uma tese (Conteúdo Proposicional), que é o conteúdo da oração que se segue. No nível Representacional, identificam-se dois Conteúdos Proposicionais dentro de um Conteúdo Proposicional.

Para ilustrar a análise do nome *desculpa*, a autora utiliza duas ocorrências:

- a. Com a *desculpa de que o formato é “ergonômico”*, O Popular vira tabloide para tentar se salvar da derrocada do jornal impresso em todo o mundo.
- b. Janot não pode nem usar a *desculpa de que o encontro era “conversa de bêbado”* porque não estava bebendo.

Nesses casos, a autora analisa que *desculpa* significa pretexto, evasiva, e que estabelece com a oração a que se liga uma relação de predicação do tipo identificada em posições restritivas especificativas, com conteúdo da oração encapsulado, rotulado e projetado como um Conteúdo Comunicado. No nível Representacional, portanto, tem-se um único subato referencial constituído por um subato referencial (*desculpa*) o qual encapsula e rotula o conteúdo da oração seguinte (Conteúdo Comunicado).

Nogueira (2017) finaliza as análises concluindo que as indeterminações de fronteira categorial entre as posições restritivas oracionais e os casos de complementação reforçam a ideia da necessidade de um tratamento a partir de mais de um critério. A autora também pontua que as construções analisadas apresentam, entre o nome genérico (*fato/tese/desculpa*) e o conteúdo da oração, uma relação de equivalência, com uma função textual-discursiva de projeção, como conceitua Halliday, de um fato, ideia ou locução. Essa natureza de projetar um conteúdo é que promove estratégias textualizadoras ligadas ao nome (encapsulamento e rotulação).

Ainda sobre as fronteiras existentes entre as posições e os casos de complementação, vale destacar Souza (2016), em que o autor analisa a oração substantiva completiva nominal. O autor cita Hengeveld e Mackenzie (2008) e analisa o exemplo *the idea that the world is round / (a ideia de que o mundo é redondo)* como um caso de complementação. No entanto, discordamos do posicionamento do autor, e defendemos tratar-se de um caso de modificação apositiva, do tipo analisado em Keizer (2007), em estruturas não oracionais.

Buscamos, neste trabalho, portanto, expandir essas análises a partir de outras ocorrências, aplicando tais considerações a estruturas apositivas restritivas oracionais, explorando os comportamentos dessas construções a partir desses e de outros nomes ligados a uma oração, tais como *ideia*, *dúvida*, *certeza*, entre outros.

3.4 Síntese conclusiva

Neste capítulo, buscamos trazer uma síntese do percurso do tratamento dado às aposições, de forma que algumas discussões fossem postas em evidência, para um melhor levantamento acerca do conceito e dos critérios de identificação da aposição restritiva oracional, objeto desta pesquisa.

Tratamos, na primeira seção, da aposição de forma geral, mostrando os diversos pontos de vista existentes em torno dos aspectos conceituais desse tipo de construção, tanto aqueles mais voltados a um único critério semântico, quanto aqueles que apontam critérios assentados em aspectos também textuais e discursivos. Buscamos também trazer uma discussão acerca do critério da identidade funcional entre as unidades da construção apositiva, a partir das diferenças teóricas em torno do conceito de “atribuição”, muito presente na descrição da estrutura linguística, e da identidade categorial entre essas unidades, assumindo neste trabalho a posição de outros teóricos e linguistas para quem a aposição pode abrigar elementos de natureza não nominal, como Quirk *et al.* (1985), Meyer (1992) e Nogueira (1999).

Na segunda seção, apresentamos a grande complexidade quanto à caracterização da aposição restritiva à luz da Gramática Discursivo-Funcional. Buscamos mostrar o comportamento pragmático, semântico e morfossintático dessas construções a partir dos traços definidos por Keizer (2007) na análise das apositivas restritivas da língua inglesa, e por Lemson (2016) no estudo das apositivas restritivas no português.

Na terceira seção, tratamos das aposições restritivas com elemento de ligação, exploradas por Keizer (2007) como as aposições com *of*. Abordamos as discussões e paralelos feitos pela autora a partir das fronteiras existentes entre essas construções e aquelas de núcleo-modificador e núcleo-complemento, apresentando as características formais e semânticas levantadas pela linguista. Trazemos, também, o paralelo feito por Lemson (2019) e Serafim (2019) com as construções apositivas restritivas no português e suas considerações acerca das semelhanças com outros tipos de estruturas.

Na seção seguinte, utilizamos, principalmente, as considerações de Nogueira (2017) acerca das aposições restritivas oracionais com preposição, estruturas essas não

exploradas por Keizer (2007). No entanto, Nogueira vale-se de considerações desta e as aplica a esse tipo de estrutura em que um elemento tem natureza nominal, e o outro constitui-se, em geral, de uma oração ligados pela preposição *de*. Essas estruturas oracionais analisadas explicitam o conteúdo genericamente apresentado por um nome (*fato, tese e desculpa*) Nogueira (2017) chega à conclusão de que, entre o nome genérico e o conteúdo da oração, existe uma relação de equivalência, com uma função textual-discursiva de projeção, por meio da qual são favorecidas estratégias textualizadoras de encapsulamento e rotulação no discurso.

Esperamos expandir essas análises a outras ocorrências de aposições restritivas oracionais no português brasileiro contemporâneo. No próximo capítulo, trataremos da metodologia utilizada para esse objetivo e da análise dos dados, resultados e interpretação.

4 APOSIÇÃO RESTRITIVA ORACIONAL EM TEXTOS ESCRITOS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: ANÁLISE DOS DADOS

Como dito anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a manifestação de aposições restritivas oracionais em textos escritos do português brasileiro contemporâneo, estruturas em que uma oração se liga a um nome por meio de uma preposição “de”. Nossos objetivos específicos são i) verificar que tipo de subato exerce a aposição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo; ii) verificar em que tipo de ilocução ocorre a aposição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo; iii) investigar que categorias representa o nome que encapsula e projeta o conteúdo oracional da construção apositiva; iv) verificar se é possível identificar, nas construções apositivas restritivas oracionais, elementos nominais com natureza relacional (valência semântica) ou verbo cognato transitivo; v) analisar a natureza sintático-semântica do elemento que liga o nome encapsulador (núcleo) ao conteúdo encapsulado (oração), presente nas construções apositivas restritivas oracionais; vi) identificar que nomes (type e token)⁸ funcionam como núcleo da aposição e como eles se relacionam ao conteúdo da informação instanciado pela estrutura; vii) identificar que tipo de estrutura morfossintática caracteriza a construção apositiva restritiva oracional.

4.1 Metodologia

Nesta seção, primeiramente, apresentamos a constituição e delimitação da amostra. Em seguida, apresentamos os critérios de identificação e exclusão das ocorrências dessa amostra de textos escritos. Expomos, ao final, os procedimentos de análise retomando as questões de pesquisa e hipóteses a elas relacionadas. Em seguida, em uma outra seção, fazemos a análise e discussão de algumas ocorrências de aposições restritivas oracionais identificadas nessa amostra, tendo em vista os parâmetros de análise estabelecidos com base na literatura sobre o tema.

4.1.1 *Constituição e delimitação da amostra*

⁸ Classe de nomes (Type) e ocorrência individual da classe (Token), Bybee (2010).

As ocorrências utilizadas para a análise foram retiradas da mesma amostra de textos escritos constituída por Nogueira (1999) para tratamento das posições não restritivas, a partir do banco de dados armazenado no Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras, Campus da UNESP de Araraquara-SP. Essa amostra está constituída de 36 (trinta e seis) textos escritos, sendo 12 (doze) do gênero oratória, 12 (doze) do gênero dramático e 12 (doze) do gênero técnico.

A escolha desses gêneros de texto escrito para análise da estrutura apositiva restritiva oracional se deu devido, principalmente, ao fato de esses textos apresentarem características formais e funcionais que, conforme Nogueira (1999), os particularizam enquanto gêneros discursivos, como tipos relativamente estáveis de enunciados, como afirma Bakhtin (1986).

De acordo com Nogueira (1999, p. 18), os textos técnicos se caracterizam pelo seu caráter de divulgação de conhecimentos, mas de forma ainda inicial, o que os distingue dos textos técnico-científicos que utilizam uma linguagem mais especializada, com construções mais complexas.

Os textos de oratória, segundo a autora, são formados por discursos políticos, sermões e discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras. Nogueira (1999, p. 119) aproxima os textos de oratória dos *discursos preparados* de Biber (1988). Segundo a autora, embora os textos de oratória sejam previamente escritos, e os discursos preparados terem restrição de tempo real, eles se aproximam devido a parâmetros situacionais, relacionados aos propósitos primários de comunicação.

Quanto aos textos dramáticos, Nogueira (1999, p. 119) afirma serem constituídos de peças teatrais em que foram consideradas apenas as passagens relativas aos diálogos entre personagens. A autora aproxima esses textos das conversações face-a-face descritas por Biber (1988). Ou seja, embora sejam textos escritos, eles trazem a concepção de um autor sobre os padrões da modalidade oral, que são típicos de uma conversação.

Nogueira (1999) constituiu essa amostra na perspectiva de que, apesar de serem textos escritos, poderiam ser distribuídos no contínuo de fala-escrita conforme os gêneros dramáticos > oratório > técnico-didático.

Para ampliar o número de ocorrências para análise, utilizamos, também, um segundo *corpus* o qual contém amostras de textos de gêneros jornalísticos, como artigos de opinião, editoriais, notícias e reportagens, com extensão aproximada, organizado por Nogueira (2002).

Após a identificação das ocorrências nessas amostras textuais, constituímos um *corpus* de ocorrências e cada uma delas foi analisada em seus aspectos formais, semânticos e discursivos, que constituem os grupos de fatores associados ao uso dessas construções em cada contexto.

4.1.2 Procedimentos de análise

Para análise das posições restritivas oracionais em textos escritos do português brasileiro contemporâneo, consideramos três dos quatro níveis de representação do Componente Gramatical da GDF: Interpessoal, Representacional e Morfossintático. Verificamos, quanto ao primeiro nível, os tipos de subatos que exerce esse tipo de construção, se Subato de Referência (R) ou Subato Atributivo (T). Em seguida, verificamos em que tipo de ilocução ela ocorre: declarativa, interrogativa ou imperativa.

Quanto ao segundo nível, o Representacional, analisamos as construções a partir das categorias que identificam as camadas desse nível (Estado de coisas, Conteúdo Proposicional) ou, em uso metalinguístico, do Nível Interpessoal (Conteúdo Comunicado) a fim de verificar que tipo de material é encapsulado pelo nome encapsulador.

No nível Morfossintático, discutimos a estrutura morfossintática da construção, a natureza sintática do elemento que liga o nome encapsulador ao conteúdo encapsulado, e como este se relaciona à natureza semântica da posição restritiva oracional.

Buscamos analisar, também, como esses níveis estão relacionados com o papel textual-discursivo das posições restritivas oracionais no português brasileiro contemporâneo dentro de determinados contextos discursivos.

Primeiramente, separamos todas as ocorrências encontradas as quais apresentavam um sintagma nominal composto por um nome encapsulador seguido de uma oração encaixada. Em seguida, separamos essas ocorrências em três pastas distintas, de acordo com cada *corpus* (Técnico, Oratório, Dramático). Ao constituir o *corpus* de ocorrências, identificamos cada uma delas colocando as abreviaturas de referência aos textos, utilizados por Nogueira (1999), LT para textos técnicos, LO para Textos oratórios e LD para textos dramáticos. A lista completa de abreviaturas está apresentada em anexo.

De acordo com as categorias de análise, agrupamos e fizemos subseções discutindo as ocorrências encontradas, utilizando exemplos dos nomes encapsuladores mais comuns aos menos comuns. Em seguida, analisamos as ocorrências consideradas posições restritivas oracionais, de acordo com os critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos discutidos nos

capítulos anteriores e estabelecidos para análise. Após isso, discutimos as estruturas mais difíceis de serem consideradas posições restritivas oracionais (menos prototípicas) e suas fronteiras com outros tipos de construções.

4.1.2.1 Constituição do *corpus* de ocorrências: critérios de inclusão e exclusão

Para constituição do *corpus* de ocorrências, foram consideradas construções apositivas restritivas oracionais aquelas representadas por um nome encapsulador e uma estrutura oracional que explicita o conteúdo genericamente apresentado por esse nome e a ele se liga por meio de algum elemento relacional. Esse tipo de estrutura, no entanto, representa uma fronteira entre uma posição restritiva e uma construção de núcleo-complemento.

Como ocorrência de posição restritiva oracional, foram incluídas as construções com um nome intransitivo encapsulador do conteúdo de uma oração a ele ligado, sem pausa, por meio de uma preposição ou conjunção, representadas pelo exemplo abaixo:

- (1) *Have you heard the latest news that Bill is leaving?* (Mathews, 1981, p. 232) /
 Você ouviu as últimas **notícias** *de que Bill está partindo?*

Foram excluídos dos dados para análise os casos em que o nome é transitivo, tem verbo cognato transitivo com mesmo sentido do nome (sendo possível uma paráfrase) e o conteúdo da oração exerce um papel temático como alvo/objeto da predicação nucleada pelo nome, como nos exemplos abaixo:

- (1) “Embora não se possa aceitar as generalizações de Ehrenreich, não há **dúvida** *que há várias características de mitologia solar e lunar nos mitos tupi-guaranis, como assinalaremos mais adiante.*” (IA)
- (2) “A **suspeita** *de que houvesse metano no local foi mantida porque os aparelhos que realizaram as mediações não detectam o tipo de substância presente, mas apenas o seu grau de explosividade.*” (gasnj-gj)

Segundo Keizer (2007), nas construções de núcleo-complemento, diferentemente das posições com preposição, os nomes são cognatos de verbos transitivos, por isso são vistos como transitivos (relacionais). Assim, olhamos o nome de cada construção e identificamos a presença ou não de verbo cognato, de forma que consideramos como posições as construções

com orações ligadas a nomes que não apresentaram verbo cognato transitivo, por exemplo: (O que abriu caminho para o sucesso da experiência foi o *fato de Wilmut ter descoberto qual a fase correta em que o DNA deve ser enxertado na célula*). Quando apresentavam, verificamos se havia a possibilidade de uma paráfrase com o uso do verbo cognato. Quando era possível, a ocorrência era excluída por tratar-se de um caso de núcleo-complemento, como no exemplo: (O *temor de que uma verdadeira revolução modificasse as estruturas econômico-sociais exigia prudência*).

No entanto, como afirma Nogueira (2017, p. 17), alguns nomes não apresentam verbo cognato, como é o caso de *medo*, mas isso não é suficiente para decidirmos sobre sua natureza relacional, pois há nomes transitivos sem verbo cognatos, que funcionam com verbo-suporte, (*ter*) *medo*, por exemplo.

Observamos também se em cada construção havia alguma valência semântica no uso dos nomes de cada estrutura. Não havendo razões para identificarmos algum tipo de valência semântica no uso do nome, consideramos a construção um tipo de ocorrência para constituição do *corpus* de análise.

Um outro critério de inclusão de ocorrências ao *corpus* foi em relação ao conteúdo oracional da construção. Quando o conteúdo oracional completa o nome da oração, trata-se de um caso de complementação, um objeto do nome ao qual é ligado, neste caso, a construção não foi incluída ao *corpus*. Embora excluídos, esses casos foram tratados à parte, na discussão sobre a fronteira entre aposição e complementação.

Como exemplo de avaliação dessa fronteira, trazemos o exemplo analisado por Souza (2017) como um caso de complementação: *the idea that the world is round / (a ideia de que o mundo é rodondo)*. Segundo Souza (2016), a relação entre o predicado *idea* e a oração seguinte é de núcleo-dependente, sendo a oração um argumento desse predicado. Discordamos desse posicionamento, uma vez que consideramos se tratar de um caso de modificação apositiva. Sendo assim, não concordamos que haja uma predicação entre o nome e a oração que se segue, antes um expediente de equivalência, em que a própria ideia é instanciada pela oração que se coloca após o nome genérico, núcleo da oração.

Quando a relação semântica entre o nome núcleo e o conteúdo da oração tem a natureza próxima de uma relação de equivalência, tem-se uma relação tipicamente associada às construções apositivas, segundo Quirk *et al.* (1985) e Meyer (1992). Nesse caso, a construção foi incluída, mesmo sendo uma fronteira difícil de descrever. Abaixo estão duas orações para exemplificar:

- a. José não deu **o aviso** de que a aula começou (caso de complementação).
- b. **O aviso de que a aula terminou agora** agradou o aluno (caso de aposição restritiva oracional).

Em *a*, o substantivo *aviso* está sendo usado com um verbo suporte (*dar*). *Dar o aviso* é o mesmo que *avisar*, e o que vem depois pode ser analisado como complemento. Em *b*, não há a presença do verbo suporte, e o conteúdo de *aviso* é expresso na oração seguinte, não mais como complemento do nome.

Também foram excluídas do *corpus* de ocorrências as construções em que o elemento “que” poderia ser substituído sem prejuízo por “o qual” ou suas variações (o qual, a qual), pois, nesse caso, trata-se do “que” como pronome relativo, e, portanto, um caso de oração adjetiva, como em *c*.:

- c. **O aviso de que lhe falei** nos surpreendeu

4.1.3 Parâmetros de análise

Buscamos neste trabalho verificar a hipótese central de que as aposições restritivas oracionais se assemelham, do ponto de vista morfossintático, a construções de complementação de nomes, mas se distinguem por apresentarem como núcleos nomes genéricos intransitivos (fato, ideia), encapsulando e projetando os conteúdos que se seguem e apresentando importantes funções textual-discursivas (coesão, orientação argumentativa).

Dividimos essa hipótese central em sete hipóteses secundárias, a serem verificadas:

- i) A aposição restritiva oracional ocorre como um Subato Referencial, sendo o encapsulamento do conteúdo oracional uma nominalização textual-discursiva que permite que este conteúdo seja alvo de predicções (Subatos Atributivos);
- ii) A aposição restritiva oracional ocorre em ilocuições declarativas, tendo em vista a complexidade de sua estrutura;
- iii) As categorias semânticas representadas pelo nome nas construções apositivas restritivas oracionais são Estado-de-coisas e Conteúdo Proposicional;
- iv) É possível, embora não comum, identificar nomes relacionais com verbos cognatos transitivos nas aposições restritivas oracionais;
- v) Nas construções apositivas restritivas oracionais, ocorre a preposição *de*, de natureza superficial, não regida pelo nome, que liga o nome ao conteúdo encapsulado e que pode ser substituída por uma pausa, convertendo a aposição restritiva oracional em uma aposição não restritiva;
- vi) Os nomes mais flagrados como núcleos são *fato* e *ideia*;
- vii) As construções restritivas oracionais

se caracterizam tipicamente como um SN, com determinante definido, seguido de um nome e de uma oração com verbo na forma não finita.

Levamos em consideração na discussão a fronteira existente entre as posições restritivas oracionais e casos de construções de complementação e modificação adjetiva. Assim, mobilizamos critérios de análise que abrangem os níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático.

Durante as análises, buscamos interpretar as relações entre as estratégias discursivas e a codificação morfossintática das posições, embasados no pressuposto teórico discursivo-funcional de que a representação dos níveis mais altos do modelo de análises ocorre na codificação morfossintática das estruturas. Assim, sugerimos as seguintes categorias de análise de cada nível:

a) Nível Interpessoal:

- Tipos de Subato: referencial ou atributivo.
- Tipo de ilocução: declarativa, interrogativa, outra.

b) Nível Representacional:

- Camadas encapsuladas do NR: Estado de coisas, Conteúdo Proposicional.
- Camada encapsulada do NI: Conteúdo Comunicado, Ilocução.

c) Nível Morfossintático:

- Categoria morfossintática: tipo de conectivo (de, se).
- Presença ou ausência de nome com verbo cognato.
- Tipo de elemento encapsulador (nome genérico, outro).

4.2 Resultados. Análise e Discussão dos dados

Esta seção apresenta os resultados da análise das 36 ocorrências de posições restritivas oracionais, mas contemplando também uma discussão entre a fronteira desse tipo de construção com outras construções assemelhadas flagradas no *corpus*.

Essas construções apositivas restritivas em língua portuguesa assemelham-se ao que Keizer (2007) considerou posições com *of*. Existem muitas dificuldades de distinção entre esse tipo de posição restritiva e as construções com núcleo-modificador (*os mosaicos de Veneza*), núcleo-complemento (*a produção de penicilina*), núcleo-qualificador (*um livro de*

humor) e construções partitivas (*um dos vendedores*). Embora Keizer (2007) não tenha tratado em seus estudos das aposições oracionais, Nogueira (2017) analisa as aposições restritivas oracionais e estende as considerações da autora à análise de exemplos de aposição restritiva trabalhados por gramáticos da língua inglesa, equivalentes às estruturas correntes no português, em que uma oração introduzida por *that* liga-se a nomes como *fact* (fato), *idea* (ideia) e *excuse* (*desculpa*), como em: “*The fact that he is leaving*” (*O fato de que ele está partindo*) (Mathews, 1981, p. 231)

Nosso estudo propõe investigar as aposições restritivas oracionais em textos escritos do português brasileiro contemporâneo, conhecidas como um tipo de restritivas em que uma oração se encontra ligada a um substantivo genérico por meio de uma preposição, como fizera Nogueira (2017), agora estendendo a análise a outros *corpora* e considerando outros nomes encapsuladores na discussão.

O tratamento das aposições restritivas por gramáticos e linguistas ainda está muito limitado a critérios morfossintáticos, o que compromete o teor da discussão em torno destas construções, uma vez que não se leva em consideração o contexto discursivo em que elas estão inseridas. Consideramos, então, em nossa pesquisa critérios morfossintáticos, semânticos e pragmáticos, a fim de melhor flagrar a manifestação dessa aposição restritiva oracional em seu contexto de uso e responder à seguinte questão: Como se manifesta a aposição restritiva oracional (Nogueira, 2017) em suas propriedades morfossintáticas, semânticas e textual-discursivas, em textos escritos do português brasileiro contemporâneo?

Assentamos nossa pesquisa no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), cujo modelo parte de uma orientação da intenção do falante e se desenvolve em camadas até a articulação. Como este modelo toma o Ato Discursivo como unidade de análise, e assim permite o enquadramento de porções maiores ou menores que a oração como realizações do discurso, buscamos analisar o comportamento das aposições restritivas oracionais a partir desse suporte teórico.

Como hipótese central, acreditamos que as aposições restritivas oracionais se assemelham, do ponto de vista morfossintático, a construções de complementação de nomes, mas delas se distinguem por apresentarem, como núcleos, nomes genéricos intransitivos (*fato*, *ideia*), que encapsulam e projetam os conteúdos que os seguem, apresentando, assim, importantes funções textual-discursivas (coesão, orientação argumentativa).

4.2.1 Tipo de Subato da aposição restritiva oracional

Que tipo de subato exerce a aposição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo?

Nossa hipótese foi a de que a aposição restritiva oracional ocorre como um Subato Referencial, sendo o encapsulamento do conteúdo oracional um mecanismo (nominalização textual-discursiva) que permite que este conteúdo seja alvo de predicções (Subatos Atributivos).

De acordo com as análises das ocorrências, identificamos que todas as construções apositivas restritivas oracionais *do corpus* ocorrem como um Subato Referencial, encapsulando assim um conteúdo oracional, a partir do mecanismo textual-discursivo de nominalização, como visto em seções anteriores. Seguem alguns exemplos das ocorrências:

(1) “Aos brasileiros sempre foi vendida a **ideia** de que as tão esperadas reformas tributárias, fiscal e da Previdência não poderiam ser feitas em meio a situações de crises econômicas.” (refedrev-gj)

(2) “Uma outra **hipótese** que atualmente vem ganhando muitos adeptos é a (hipótese) de que a vida não teria se originado na atmosfera da Terra, mas na poeira cósmica do espaço sideral” (DST-LT)

(3) “Uma quarta **possibilidade** é a (possibilidade) de que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam.” (DST-LT)

(4) “E naturalmente formulo votos de pleno êxito dos trabalhos, na **certeza** de que o elevado nível das conclusões fará com que essas sejam direcionadas no sentido do bem-comum e dos interesses maiores da coletividade.” (FOR-LO)

Nos exemplos de (1) a (4), percebemos que as aposições restritivas oracionais exercem um subato referencial, que, por sua vez, é constituído por um subato referencial (nome genérico e não relacional) que encapsula e rotula, como conceito ou noção, crença ou opinião, um Conteúdo Proposicional sobre o qual se predica algo. Com esse tipo de aposição, o conteúdo da oração, ao ser encapsulado, projetado e rotulado pelo nome (em negrito), passa a ser alvo de subatos atributivos. Os nomes *hipótese* e *possibilidade* nas ocorrências 2 e 3 foram inseridos entre parênteses por poderem ser facilmente recuperados no contexto, e considerados, portanto, para a análise.

Assim, em (1), o nome *ideia* se apresenta com uma acepção de *conceito ou noção*, conferindo uma referencialidade a um conteúdo (*as tão esperadas reformas tributárias, fiscal*

e da Previdência não poderiam ser feitas em meio a situações de crises econômicas). Sobre essa ideia, predica-se que ela (*essa ideia*) sempre foi vendida aos brasileiros, por meio do subato atributivo (*aos brasileiros sempre foi vendida*).

Nesse caso, o nome *ideia* tem proeminência em sua função discursiva de evocar um referente. Essa funcionalidade do nome confere referencialidade a um conteúdo que é tratado como Tópico⁹.

Seria diferente, por exemplo, em casos em que *ideia* apresenta um sentido diferente de idear, com o verbo-suporte *fazer ideia*, conforme discute Nogueira (2017). Nesse tipo de verbo-suporte, o substantivo empresta seu significado na formação de um Predicado (Propriedade), não sendo referencial. Percebe-se, portanto, que as posições restritivas oracionais exercem um subato referencial, em que o foco está em encapsular e apresentar uma ideia, um fato ou conceito, em vez de atribuir características ou qualidades a um referente específico. É típico da construção, no entanto, apresentar subatos atributivos, os quais predicam acerca do conteúdo encapsulado pela oração que se segue ao nome, razão por que supomos ser esse tipo de construção bastante comum em textos argumentativos.

Nas ocorrências (2) e (3), à semelhança dos exemplos anteriores, identificamos, em cada caso, um subato referencial constituído por um subato referencial, em que os nomes *hipótese* e *possibilidade*, recuperados no contexto, encapsulam e rotulam, como fatos possíveis (Conteúdos Propositionais), o conteúdo da oração seguinte. Ambos os nomes (*hipótese* e *possibilidade*) têm acepção de proposição que se admite, independentemente de ser verdadeira ou falsa. Eles antecedem a especificação sobre qual seria a proposição, expressa pelo conteúdo da oração, e o emprego da forma verbal no Futuro do Pretérito (*não teria se originado*) em (2) e do Presente do Subjuntivo (*tenha se originado*) em (3) sugere a própria natureza de constructo mental. Tem-se, assim, a relação típica de equivalência das posições em ambos os casos (*hipótese = a vida não teria se originado na atmosfera da Terra, mas na poeira cósmica do espaço sideral; possibilidade = a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam*).

Na ocorrência (4), identificamos uma fronteira entre aposição e complementação, visto que *certeza*, embora não apresente um verbo cognato, é um nome valencial, que pode

⁹ A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), define a função pragmática de Tópico dentro do contexto de organização discursiva e informacional de um enunciado. Na GDF, o Tópico é entendido como a entidade ou conceito sobre o qual se faz uma declaração, funcionando como o ponto de partida do enunciado ou aquilo que está em destaque para o interlocutor.

admitir uma construção com verbo-suporte *ter* (*ter certeza*), sendo utilizado como premissa para um argumento. No entanto, em (4), o nome *certeza* passa a encapsular conteúdo de natureza semântica de Conteúdo Proposicional, constituindo uma relação de equivalência, e não uma relação de complementação de um nome. Isso fica ainda mais claro porque é percebida uma relação de predicação do tipo identificada em aposições restritivas especificativas (*a certeza é que o elevado nível das conclusões fará com que essas sejam direcionadas no sentido do bem-comum e dos interesses maiores da coletividade*). Identificamos, nesta ocorrência, portanto, um único subato referencial constituído por um subato referencial (*certeza*) em que o nome encapsula e rotula, como um Conteúdo Proposicional, o conteúdo da oração seguinte, o que caracteriza o comportamento típico da construção apositiva oracional.

4.2.2 Tipo de Ilocução em que ocorre a aposição restritiva oracional

Em que tipo de ilocução ocorre a aposição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo?

Nossa hipótese foi a de que aposição restritiva oracional ocorre em ilocuições declarativas, tendo em vista a complexidade de sua estrutura.

A análise dos dois *corpora* não flagrou nenhuma ocorrência de aposições restritivas oracionais em outros tipos de ilocuições (interrogativas, imperativas etc), confirmando assim nossa hipótese.

Em todas as 36 ocorrências do *corpus*, a ilocução instanciada pela aposição restritiva oracional é claramente declarativa, funcionando dentro de uma afirmação, inserida em contextos declarativos, contribuindo para a expressão de opiniões, julgamentos, observações ou argumentações, como no exemplo abaixo:

(5) “Até poucos anos atrás, era inconcebível até mesmo *a idéia* (*sic*) *de que políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...*” (Abrenanaoj-gj)

O exemplo demonstra que as aposições restritivas oracionais apresentam uma afinidade mais forte com estruturas declarativas, o que pode ser atribuído a várias razões discursivo-funcionais.

Primeiramente, a natureza dessas aposições é intrinsecamente elaborativa. Elas servem para fornecer informações adicionais, detalhamentos ou esclarecimentos acerca de um

tema. Esta característica de elaborar e especificar é mais alinhada com as declarações, que são empregadas para apresentar informações ou argumentos de forma detalhada e expansiva:

(6) “É um hábito tão arraigado em nossa cultura que não é raro ouvirmos o *argumento* de que “os filhos já não respeitam mais seus pais porque não apanham””¹⁰ (Palaorev-gj)

Além disso, a forma como a informação é apresentada nas declarações tende a ser linear e progressiva, o que facilita a inclusão de posições complexas. Estas adicionam detalhes de maneira que complementam e enriquecem a compreensão, sem interromper o fluxo de informação. Em contraste, as perguntas frequentemente buscam respostas diretas e específicas, e uma estrutura complexa como a das posições restritivas poderia complicar esse objetivo, tornando a comunicação menos eficaz.

Outro ponto importante é o objetivo discursivo e o gasto cognitivo envolvido no processamento dessas estruturas. A inclusão de posições restritivas oracionais em uma sentença aumenta a quantidade de informação que o ouvinte ou leitor precisa processar. Em um contexto declarativo, no qual o objetivo é justamente transmitir informação detalhada, essa complexidade adicional é mais aceitável e até desejável. Por outro lado, em perguntas, especialmente aquelas que requerem respostas concisas, a complexidade adicional pode ser um obstáculo à compreensão e rapidez na resposta.

No que diz respeito à coerência e coesão textual, as posições restritivas oracionais desempenham um papel significativo no desenvolvimento de ideias e argumentos dentro de um texto, como vimos. Elas contribuem para a construção de uma narrativa ou argumentação coerente, algo que é tipicamente o objetivo das declarações. Nas perguntas, que tendem a ser mais pontuais e focadas, a inclusão de elementos complexos como as posições restritivas oracionais pode ser menos pertinente e até disruptiva.

Portanto, considerando esses aspectos, fica evidente que a complexidade estrutural das posições restritivas oracionais se alinha mais naturalmente com declarações. Isso se deve à sua natureza explicativa, ao modo como facilitam o fluxo de informações, à sua adequação à demanda cognitiva em contextos de transmissão de informações detalhadas, e à sua contribuição para a coesão e coerência textual.

¹⁰ Podemos ler como “É um hábito tão arraigado em nossa cultura que não é raro ouvirmos o *argumento*: os filhos já não respeitam mais seus pais porque não apanham”.

4.2.3 Camadas representadas pelo nome encapsulador

Que categorias representa o nome que encapsula, rotula e projeta o conteúdo oracional da construção apositiva?

Nossa hipótese foi a de que as categorias semânticas representadas pelo nome nas construções apositivas restritivas oracionais são Estado-de-coisas e Conteúdo Proposicional.

As unidades no Nível Representacional, que diz respeito à manifestação de conteúdos ligados à experiência que o falante tem do mundo concreto, real ou subjetivo, são caracterizadas pelo que designam, e estabelecidas em categorias semânticas.

Nas apositivas restritivas oracionais, o encapsulamento ocorre por meio de um nome, projetando o conteúdo oracional da construção. Esses nomes funcionam como encapsuladores semânticos básicos, que podem fazer remissão a entidades de segunda (EC) e terceira ordens (CP).

Segundo Francis (1994, 2003), alguns nomes funcionam como núcleos usados para projetar pensamentos e ideias ou seu resultado (Francis, 2003, p. 208), como:

Análise, atitude, atribuição, conceito, conhecimento, convicção, crença, descoberta, doutrina, dúvida, filosofia, fundamento lógico, hipótese, idéia, insight, interpretação, leitura, modo de pensar, noção, noção falsa, opinião, pensamento, ponto de vista, posição, princípios, suspeito, teoria.

Os exemplos a seguir ilustram os diferentes tipos de categorias semânticas expressas pelos nomes encapsuladores das ocorrências de posições restritivas oracionais identificadas no *corpus*:

(7) “Longe de nós porém a **idéia** (*sic*) de apresentar o interdisciplinar como panacéia científica ou como empreendimento dissociado das características sociais e intelectuais da comunidade dos pesquisadores.” (IP-LT)

(8) “Também tem sido bastante comentada a **hipótese**, que inclusive foi matéria do Fantástico há algum tempo, de que a vida teria se originado associada à argila.” (DST-LT)

Em ambos os casos, *ideia* e *hipótese* são nomes que rotulam como Conteúdo Proposicional, uma vez que indicam uma crença, suposição, o conteúdo expresso na oração seguinte.

O nome *fato* também foi identificado nas análises, projetando um Estado-de-coisas, como exemplificado em (9):

(9) “*O fato*, aliás, *dos fazendeiros dos Estados Unidos*, como lembram os mesmos autores, *fornecerem maior número de estudantes do que era de se esperar, em relação à sua proporção na população geral do país*, prova claramente o valor da inteligência e a disposição à vida mental do filho do campo.”¹¹ (AE-LT)

Em (10), o nome *fato* tem significado mais próximo da categoria semântica Conteúdo Proposicional, uma vez que parece representar uma *ideia* ou *tese*:

(10) “As ideias interessam muito o marxismo. De novo, interessam não pelo *fato de serem verdadeiras ou falsas*” (SI-LO)

Alguns outros nomes, além da diversidade apresentada por Francis (2003), foram flagrados como núcleos das construções apositivas oracionais, projetando ideias, crenças em relação ao conteúdo expresso na oração encapsulada, como *princípio*, *hipótese*, *possibilidade*:

(11) “Nas modernas instituições políticas a cidadania e o Fisco estão correlacionados intimamente: na Inglaterra há o *princípio de que não se pode tributar quem não tenha participado da própria decisão*.” (FOR-LO)

(12) “Também tem sido bastante comentada a *hipótese*, que inclusive foi matéria do Fantástico há algum tempo, *de que a vida teria se originado associada à argila*.” (DST-LT)

(13) “Uma quarta possibilidade é a (*possibilidade*) *de que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam*.” (DST-LT)

Em todos os casos, os nomes *princípio*, *hipótese* e *possibilidade* apresentam uma natureza semântica de Conteúdo Proposicional, encapsulando o conteúdo expresso pela oração seguinte, transformando-o em tópico discursivo.

Esse tipo de encapsulador semântico (de Conteúdo Proposicional) é muito frequente no *corpus* investigado, porque acreditamos que esse recurso de remissão por meio de

¹¹ *Os fazendeiros dos Estados Unidos*, como lembram os mesmos autores, *fornecerem maior número de estudantes do que era de se esperar, em relação à sua proporção na população geral do país*, prova claramente o valor da inteligência e a disposição à vida mental do filho do campo.

nomes que representam esse tipo de categoria semântica seja favorável aos próprios gêneros discursivos em questão, de natureza argumentativa, uma vez que as construções apositivas oracionais se tornam produto do tipo de posicionamento e da orientação argumentativa que se constrói nos textos.

Lopes (2011) discute acerca da importância de uma análise dos encapsulamentos semânticos por meio das categorias semânticas do Nível Representacional da Gramática Discursivo-Funcional. Segundo o autor, a interpretação dos encapsulamentos semânticos a partir do Nível Representacional apresenta importantes contribuições no que se refere aos estudos de referência.

De acordo com o autor, essa redefinição expande a proposta de Francis (1994, 2003) de categorização dos rótulos semânticos, a qual se restringia a quatro categorias: nomes ilocucionários, nomes de processo mental, nomes de atividades linguísticas e nomes de texto, para uma análise mais ampla. Essa análise dos encapsulamentos semânticos por meio do NR também propõe que a âncora de um encapsulamento não se encontra apenas em uma predicação ou segmento de texto, mas também no contexto discursivo-pragmático.

Nessa abordagem, Lopes (2011) ainda sugere que o papel atributivo dos encapsulamentos não se restrinja apenas aos termos avaliativos, mas que nas categorias semânticas secundárias existem expressões que encapsulam ao mesmo tempo que atribuem uma propriedade de modo, razão ou quantidade.

O autor ainda expande o conceito de encapsulamento o qual considera o fenômeno como sempre realizado por um sintagma nominal. Para ele, existem palavras gramaticais que desempenham essa função, portanto, o autor adota a concepção de Koch (2002, p. 94), de que a anáfora encapsuladora sumariza uma informação precedente, compartilhada pelos interlocutores, e que se aplica às categorias lexicais e gramaticais.

Lopes (2011) também chama a atenção para a possibilidade de existência de nomes encapsuladores que nem sempre apresentam âncoras textuais, o que aponta para a possibilidade de um caráter instável dos encapsuladores no Nível Representacional. O autor também defende que a avaliação de determinado encapsulamento não é dada apenas na categorização, mas em toda a atividade discursiva. Ou seja, o autor defende uma posição de que a análise da carga axiológica ou não de um objeto-de-discurso deve ser feita sob aspectos sintáticos, mas também discursivos.

Concordamos, portanto, com o autor no reconhecimento das categorias semânticas envolvidas nos processos de encapsulamento que expande as possibilidades de análises discursivas e pragmáticas e colabora para o processo de argumentação dos textos.

4.2.4 Nomes encapsuladores da aposição restritiva oracional

Que nomes (*type* e *token*) funcionam como núcleo da aposição e como eles se relacionam ao conteúdo da informação instanciado pela estrutura?

Supomos, ainda, que alguns nomes genéricos são muito usados como núcleos encapsuladores, tais como *fato*, designando Estado-de-coisas; e *ideia*, designando Conteúdos Proposicionais.

Ao analisarmos as 36 ocorrências, além de *fato* e *ideia*, identificamos outros nomes funcionando como núcleo da aposição, tais como *hipótese*, *possibilidade*, *certeza*, *princípio*, *afirmação*, *argumento* e *boato*.

Como vimos, o processo de encapsulamento colabora para a compreensão de como os processos de coesão e argumentação dos textos são construídos. Os nomes, como núcleos da aposição restritiva oracional, representam categorias semânticas à medida que encapsulam e rotulam um conteúdo oracional, transformando-o em tópico discursivo. Entender como esses nomes se relacionam ao conteúdo da informação instanciado pela estrutura também é fundamental para a condução progressiva do texto, bem como para o reconhecimento pelo leitor/ouvinte dos pontos de vista defendidos no texto.

As ocorrências a seguir ilustram as diferentes possibilidades de categorias semânticas encapsuladas pelos nomes núcleos da aposição. Embora o nosso trabalho não proponha uma análise quantitativa, é válido destacar a alta frequência do nome *fato* como núcleo da aposição:

(14) “É o caso de aperfeiçoar ainda mais o projeto, reexaminando as distorções que hoje existem pelo **fato** de haver Estados com representação na Câmara diferente de sua população.” (horedj-gj)

(15) “O **fato** de a data de hoje, 21 de Abril, o Dia de Tiradentes, coincidir com o final de semana pode esvaziar no País, À exceção de Minas Gerais, terra-natal dele, as homenagens ao Protomártir da Independência.” (incedj-gj)

(16) “As principais discussões sobre o que seja Arqueologia derivam, justamente, dessa ambivalência, ou seja, do **fato** de que tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos.” (ARQ-LT)

(17) “O ineditismo não está apenas no *fato* de publicar textos de autores que moram na periferia e ilustrados por um desenhista da periferia, mas no *fato* de tudo ter sido feito por eles.” (periedj-gj)

Nos exemplos (14) a (17), *fato* se aproxima mais da categoria Estado-de-coisas, ou seja, da designação de um evento (*de haver Estados com representação na Câmara diferente de sua população; de a data de hoje, 21 de Abril, o Dia de Tiradentes, coincidir com o final de semana; de que tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos; de publicar textos de autores que moram na periferia e ilustrados por um desenhista da periferia; de tudo ter sido feito por eles*), funcionando como premissas para um argumento, marcado pela factualidade. Dessa forma, o autor do texto quer que tais conteúdos sejam interpretados como entidades de segunda ordem.

Nogueira (2017) apresenta um exemplo de aposição restritiva oracional em que o nome *fato*, diferente dos exemplos acima, rotula o conteúdo da oração seguinte com natureza semântica de Conteúdo Proposicional, mostrando a possibilidade de, em alguns casos, ser possível a substituição de *fato* por *ideia* ou *tese*:

O deputado parece ignorar o fato de que todas as leis devem respeitar a Constituição (theintercept/28.09.2017).

Nesse caso, o autor opta por uma estratégia argumentativa de apresentar o conteúdo oracional como verdadeiro, como uma tese defendida, não como simplesmente um acontecimento.

Nogueira (2017) lembra que Hopper (1996, p. 222) afirma que, em algumas variedades do inglês falado, *the fact* tornou-se um recurso gramatical, sem qualquer atribuição de *status* de factualidade ao conteúdo que o segue. Nogueira (2017) pontua que esse processo de gramaticalização pode estar relacionado, também, à alta frequência de uso do nome *fato* como encapsulador de conteúdos oracionais, constituindo-se, assim, apenas um recurso de encapsulamento para conferir referencialidade ao conteúdo de uma oração e possibilitar que este seja alvo de Subatos atributivos.

Os exemplos a seguir trazem *ideia* como nome encapsulador identificado no núcleo da aposição restritiva:

(18) “O governo procura vender a *idéia* (sic) de que existem o capital estrangeiro bom, aquele que vem para comprar empresas brasileiras, ou mais raramente, instalar fábricas, e o capital ruim, que seria o chamado especulativo...” (tecedj-gj)

(19) “Aos brasileiros sempre foi vendida a *ideia* de que as tão esperadas reformas tributárias, fiscal e da Previdência não poderiam ser feitas em meio a situações de crises econômicas.” (refedrev-gj)

(20) “Até poucos anos atrás, era inconcebível até mesmo a *idéia* (sic) de que políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...” (Abrenanaoj-gj)

Em todas as ocorrências de (18) a (20), *ideia* funciona como núcleo da aposição restritiva oracional, com acepção de noção, conceito. Nesses casos, identifica-se um subato referencial (nome genérico e não relacional) que encapsula e rotula, como uma noção, conceito (Conteúdo Proposicional), o conteúdo da oração seguinte, sobre o qual é predicado algo.

Esse nome genérico pressupõe a presença de uma especificação de qual seria a ideia, o conteúdo geral que se encontra expresso por uma oração. Pode-se afirmar que temos, nesses casos, uma relação de equivalência, típica das aposições (*ideia = existem o capital estrangeiro bom, aquele que vem para comprar empresas brasileiras, ou mais raramente, instalar fábricas, e o capital ruim, que seria o chamado especulativo//as tão esperadas reformas tributárias, fiscal e da Previdência não poderiam ser feitas em meio a situações de crises econômicas//políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...*). No Nível Representacional, teríamos dois Conteúdos Proposicionais dentro de um Conteúdo Proposicional, em cada aposição restritiva oracional em questão.

Hipótese e possibilidade também foram nomes encontrados no núcleo da aposição, instanciando um Conteúdo Proposicional:

(21) “Uma outra *hipótese* que atualmente vem ganhando muitos adeptos é a (*hipótese*) de que a vida não teria se originado na atmosfera da Terra, mas na poeira cósmica do espaço sideral.” (DST-LT)¹²

(22) “Também tem sido bastante comentada a *hipótese*, que inclusive foi matéria do Fantástico há algum tempo, de que a vida teria se originado associada à argila.” (DST-LT)

¹² Utilizamos alguns mesmos exemplos (ocorrências) em outras situações de análise, com numerações diferentes. Por isso, a numeração dos exemplos não é retomada.

(23) “Uma quarta **possibilidade** é a (*possibilidade*) de que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam.” (DST-LT)

Em (21), (22) e (23), “*hipótese*” e “*possibilidade*” referem-se a um cenário hipotético ou a uma condição que poderia ser verdadeira. Essa natureza especulativa e hipotética é o que caracteriza o Conteúdo Proposicional: trata-se da consideração de uma proposição ou afirmação cuja realidade ou factualidade ainda não é confirmada ou é incerta.

Os conteúdos encapsulados são da mesma camada representacional do núcleo da aposição especificando exatamente qual a *hipótese* e qual a *possibilidade* mencionada (*de que a vida teria se originado associada à argila//de que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam*), representando uma categoria de mesmo valor, ou seja, um Conteúdo Proposicional.

A identificação de uma construção apositiva nesses casos, no entanto, pode ser questionada, uma vez que, embora haja uma relação de equivalência no contexto, o nome encapsulador e os conteúdos encapsulados não estão linearmente justapostos, como costuma ocorrer nesse tipo de construção.

Algumas ocorrências apresentaram os nomes *princípio*, *afirmação*, *argumento* e *boato* como núcleos da aposição:

(24) “Nas modernas instituições políticas a cidadania e o Fisco estão correlacionados intimamente: na Inglaterra há o **princípio** de que não se pode tributar quem não tenha participado da própria decisão.” (FOR-LO)

(25) “Nesta mesma ótica se vai insistir no governo colegial da igreja como expressão da **afirmação** central do Vaticano II de que o sujeito do poder supremo na igreja católica é o colégio episcopal.” (Cnbaoj-gj)

(26) “Há quem use o **argumento** de que corrupção sempre houve no Brasil.” (Palaorev-gj)

(27) “Em 1904, assustados com o **boato** de que a injeção transmitia sífilis, milhares de cariocas montaram barricadas nas ruas do Rio de Janeiro para evitar a vacinação obrigatória contra a varíola.” (Vacrete-gj)

Nos exemplos de (24) a (27), é possível notar uma fronteira ainda mais estreita entre a aposição e a complementação. Sobre essa fronteira, Matthews (1981) discorre que, nos casos

em que as orações de construções como essas em questão forem vistas como complemento do nome, a análise estará relacionada a uma questão de valência desse nome. O autor ressalta que, assim como os verbos, os nomes podem ou não excluir a possibilidade da realização de orações completivas, dependendo de sua valência.

Matthews também destaca os casos em que a restrição de alguns nomes à realização de uma oração unida a eles pode ser cancelada, caso a oração esteja separada como um grupo tonal. Com uma pausa, haveria, então, um caso de aposição, em que um sintagma nominal é expandido ou explicado através de uma oração. No entanto, o autor reconhece que alguns nomes admitem a realização de uma oração marcada ou não por uma pausa entonacional, como nos exemplos: *Have you heard the latest news, that Bill is leaving?* (*Você ouviu a última novidade, de que Bill está partindo?*) / *(Have you heard the latest news that Bill is leaving?* (*Você ouviu a última novidade de que Bill está partindo?*). Por não ter o substantivo natureza valencial, nesses casos, Matthews não os considera uma complementação dos nomes, mas uma possibilidade de admitirem aposições mais fechadas (*close apposition*) e mais frouxas (*loose apposition*).

Havendo substantivos os quais exigissem obrigatoriamente a presença da oração, para Matthews, seria caso de complementação, como no exemplo abaixo, não incluído no *corpus* desta pesquisa:

“Ainda há três décadas não se *tinha certeza* se essas formações geológicas, constituídas por camadas concêntricas de material petrificado, eram realmente o resultado da ação de seres vivos ou se eram acidentes, “caprichos”, como se costumava dizer, do metamorfismo das rochas”.

Para o autor, no entanto, em geral, os substantivos apresentam nenhuma nuance verbal, e então a fronteira permanece: se for considerado que uma construção estaria incompleta apenas com uma expressão referencial, caso a oração estivesse suprimida, há um caso de complementação; se o nome for considerado como uma expressão referencial e a oração seguinte como um reforço subsidiário para identificação, há um caso de aposição.

Nesses tipos de construções, de (24) a (27), há casos de aposição parcial e fraca entre um sintagma nominal e uma oração, como ilustra Quirk *et al* (1985), sem ser possível a supressão da primeira unidade, nem a inversão de sua ordem. Sendo assim, os conteúdos descritos nas orações são encaixados a partir de uma relação lógico-semântica de projeção, conforme Halliday (1985).

Em (24), o núcleo nome *princípio* instancia um *Conteúdo Proposicional* e abrange uma ideia ou noção da oração por ele encapsulado (*não se pode tributar quem não tenha participado da própria decisão*) por uma relação de equivalência, o qual funciona como subsídio para a argumentação que se está construindo no texto, como prova de que a cidadania e o Fisco estão correlacionados intimamente nas modernas instituições políticas.

Em (25), (26) e (27), os núcleos *afirmação*, *argumento* e *boato*, respectivamente, funcionam como nomes relativos a conteúdos de atos ilocucionários, de forma que o conteúdo de cada oração é encapsulado, rotulado e projetado como um Conteúdo Comunicado (uma vez que vai além da descrição de um fato ou uma ideia, e atua no nível Interpessoal).

Em (25), percebe-se que o autor do texto utiliza como estratégia argumentativa a afirmação do Vaticano II, instanciado pelo conteúdo da oração (*de que o sujeito do poder supremo na igreja católica é o colégio episcopal*), o qual instancia um Conteúdo Comunicado.

Na apositiva restritiva oracional em (26), “argumento” refere-se à ação de alguém apresentar uma razão ou justificativa. Esse argumento representado pelo conteúdo da oração (*de que corrupção sempre houve no Brasil*) é utilizado no processo de tomada de posição do autor do texto.

O nome “boato”, núcleo da aposição restritiva em (27), também encapsula a oração seguinte (*de que a injeção transmitia sífilis*) como Conteúdo Comunicado. Neste caso, “boato” serve não apenas como elemento narrativo, mas como um agente catalisador de ação, o qual influencia o comportamento coletivo de forma significativa. O conteúdo encapsulado pelo nome apresenta uma informação de veracidade duvidosa, mas com efeitos reais e tangíveis, o que se prova pelo próprio efeito do boato (*milhares de cariocas montaram barricadas nas ruas do Rio de Janeiro para evitar a vacinação obrigatória contra a varíola*), o que consequentemente ajuda o autor a traçar seu posicionamento dentro do texto.

Percebemos que compreender o processo de encapsulamento a partir do que é encapsulado (um Conteúdo Comunicado, um Conteúdo Proposicional, um Estado-de-coisas), é uma ferramenta fundamental à análise dos pontos de vista defendidos no texto.

Portanto, nossa hipótese de que alguns nomes, como *fato* e *ideia*, seriam encontrados nas ocorrências, designando Estado-de-coisas e Conteúdos Proposicionais, respectivamente, foi confirmada. Além disso, também encontramos outros nomes como núcleos das aposições restritivas oracionais, como *hipótese*, *possibilidade*, *princípio*, *afirmação*, *argumento* e *boato*, em remissão a categorias representacionais (Estado-de-coisas e Conteúdos Proposicionais) e interpessoais (Conteúdo Comunicado).

Quadro 1 — Camadas encapsuladas pelos nomes (token)

Nomes (token)	Camas encapsuladas
Fato	Estado-de-coisas
Ideia, hipótese, possibilidade	Conteúdo Proposicional
Afirmção, argumento, boato	Conteúdo Comunicado

Fonte: elaborado pela autora.

4.2.5 Natureza transitiva do nome encapsulador da aposição restritiva oracional

É possível identificar, nas construções apositivas restritivas oracionais, elementos nominais com natureza relacional (valência semântica) ou verbo cognato transitivo?

Supomos, ainda, que, nas construções apositivas restritivas oracionais, não é comum, mas é possível, identificar nomes relacionais e com verbos cognatos transitivos, aproximando essas construções dos casos de complementação. No entanto, na construção apositiva, esses nomes não são usados transitivamente.

De acordo com Matthews (1981), como abordamos, assim como os verbos, os nomes podem ou não excluir a realização de orações completivas, dependendo de sua valência. Segundo o autor, se a oração “The fact that he is leaving” (Matthews, 1981, p. 231) (O fato de que ele está partindo) for vista como um complemento do nome, é porque a análise está relacionada a uma questão de valência deste. O autor também afirma que é comum, em muitos casos, as valências de nomes e verbos estarem lexicalmente relacionadas.

Para Matthews, essa restrição que alguns nomes apresentam quanto à realização de uma oração a eles associada pode ser cancelada, se a oração estiver separada como um grupo tonal. Assim, por exemplo, *em Did you heard the ending, that they got married on Saturday? (Você ouviu falar no desfecho, de que eles casaram no sábado?)*, teríamos um caso de aposição, em que o sentido do nome é *explicitado* através de uma oração, e não *completado*. Matthews aponta, porém, que existem alguns nomes que admitem a realização de uma oração marcada por pausa ou não.

Matthews discorre sobre essa fronteira entre casos de aposição e casos de complementação, afirmando que, em frases como *The fact that he is leaving (O fato de que ele está partindo)*, o substantivo *fato* não possui nenhuma nuance verbal e a oração *that he is*

leaving estaria funcionando como um reforço subsidiário. Portanto, estaríamos diante de um caso de aposição.

Nas ocorrências analisadas, alguns nomes foram flagrados como núcleos da aposição, tais como *fato*, *ideia*, *hipótese*, *possibilidade*, *princípio*, *afirmação*, *argumento*, *suspeita* e *boato*.

Como vimos, em algumas seções anteriores, alguns nomes que constituem o núcleo desse tipo de aposição apresentam claramente a funcionalidade de conferir referencialidade a um conteúdo que será tratado como Tópico, como é o caso de *ideia*, em:

(28) “Até poucos anos atrás, era inconcebível até mesmo a **idéia (sic)** de que políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...” (Abrenanaoj-gj)

Sobre o nome *ideia*, Nogueira (2017) afirma que, segundo o Dicionário de Usos do Português do Brasil, este possui verbo cognato – *idear*, verbo de ação-processo, com o significado de idealizar, criar na ideia, imaginar. A autora ainda afirma que, com essa acepção de ação-processo, o verbo parece ter sentido equivalente ao do verbo-suporte *fazer ideia*. Nesse tipo de construção com verbo-suporte, segundo a autora, o nome passa a perder sua referencialidade.

Não é o que acontece no caso do exemplo (28) e em todas as demais ocorrências do *corpus* em que *ideia* aparece como núcleo da aposição. Nesses tipos de construção, o nome *ideia*, em vez de apresentar um sentido juntamente com o verbo-suporte *fazer* em *fazer ideia*, especifica uma noção, crença ou opinião particular. Logo, embora apresente verbo cognato, nos contextos de análise, o nome *ideia* não apresentou uma natureza transitiva.

No exemplo abaixo, percebe-se o uso do nome *possibilidade* na fronteira entre aposições restritivas oracionais e casos de complementação:

(29) “Uma quarta **possibilidade** é a (possibilidade) de que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam.” (DST-LT)

Em (29), *possibilidade* é nome abstrato, condição do que é possível, e, embora haja verbos cognatos *poder*, *possibilitar*, nenhum deles se presta a uma paráfrase do trecho, o que reforça a análise desse tipo de construção como apositiva, e não como um caso de núcleo-complemento. Mesmo assim, embora não seja possível uma paráfrase com um verbo cognato

transitivo, esse nome, nesse contexto, pressupõe a presença de um detalhamento sobre qual seria a possibilidade, ou seja, o conteúdo expresso pela oração que se segue. Percebemos que o conteúdo da oração funciona como uma predicação do que como complemento, com uma relação próxima à de predicação identificada em posições restritivas especificativas (*a possibilidade é que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano...*).

Seguem três ocorrências em que os nomes *argumento* e *afirmação* foram flagrados como núcleos seguidos de uma oração:

(30) “É um hábito tão arraigado em nossa cultura que não é raro ouvirmos o *argumento* de que ‘os filhos já não respeitam mais seus pais porque não apanham’” (Palaorev-gj)

(31) “Há quem use o *argumento* de que corrupção sempre houve no Brasil.” (detedj-gj)

(32) “Nesta mesma ótica se vai insistir no governo colegial da igreja como expressão da *afirmação* central do Vaticano II de que o sujeito do poder supremo na igreja católica é o colégio episcopal” (Cnbaoj-gj)

Em (30) a (32), temos correspondentes de verbos cognatos aos nomes *argumento* e *afirmação*, nomes relativos a atos ilocucionários, os quais encapsulam, rotulam e projetam o conteúdo da oração como um Conteúdo Comunicado. Nesses casos exemplificados nas ocorrências de (30) a (32), há uma fronteira entre aposição e complementação ainda mais indeterminada, uma vez que os nomes abstratos *argumento* e *afirmação* têm verbos cognatos (*argumentar* e *afirmar*). Essa fronteira é percebida ainda mais pelo paralelismo entre os conteúdos após esses nomes e os respectivos complementos objetivos numa relação com esses verbos cognatos.

Em alguns casos, também é bastante evidente essa fronteira, e embora não tenham sido por nós consideradas ocorrências, os trechos a seguir exemplificam casos de construções com núcleo complemento, em que os nomes *certeza*, *suspeita*, e *dúvida* desempenham o núcleo dessa construção:

- “Ainda há três décadas não se tinha *certeza* se essas formações geológicas, constituídas por camadas concêntricas de material petrificado, eram realmente o resultado da ação de seres vivos ou se eram acidentes, “caprichos”, como se costumava dizer, do metamorfismo das rochas.” (DST-LT)

Nesse trecho, temos uma construção com verbo-suporte (*tinha certeza*), o que nos leva a interpretar como caso de complementação.

No trecho a seguir, temos um caso muito próximo de complementação, uma vez que a oração apresenta o objeto, alvo da suspeita.

- “A **suspeita** de que houvesse metano no local foi mantida porque os aparelhos que realizaram as mediações não detectam o tipo de substância presente, mas apenas o seu grau de explosividade.” (gasnj-gj)

A seguir, temos um exemplo mais próximo da complementação, em que a oração traz o conteúdo colocado em dúvida, o que é objeto de dúvida.

- “Não há **dúvida** de que o sistema político brasileiro pode e deve ser aperfeiçoado.” (Abrenanaoj-gj)

Nesses exemplos, há estruturas oracionais que completam o sentido dos nomes das orações principais, atuando como argumentos. A relação, portanto, entre o predicado nominal e a oração que se segue em cada exemplo acima é de núcleo-complemento, embora guardem aspectos semelhantes às apositivas restritivas oracionais aqui investigadas.

4.2.6 Natureza sintático-semântica do elemento que liga o nome encapsulador (núcleo) ao conteúdo encapsulado na aposição restritiva oracional

Qual a natureza sintático-semântica do elemento que liga o nome encapsulador (núcleo) ao conteúdo encapsulado (oração), presente nas construções apositivas restritivas oracionais?

Nossa hipótese é que, nas construções apositivas restritivas oracionais, ocorre a preposição “de”, de natureza superficial, não regida pelo nome, e que pode ser substituída por uma pausa, convertendo a aposição restritiva oracional em uma aposição não restritiva. Esta preposição liga o nome ao conteúdo encapsulado.

Como vimos, as construções apositivas restritivas em língua portuguesa, em sua maioria, aproximam-se das que Keizer (2007) considera como aposições com *of*, e “*appositions with of-phrases*” segundo Quirk *et al.* (1985, p. 1284). Como vimos, um sintagma preposicionado pode funcionar como modificador ou como complemento de um núcleo, nem

sempre sendo fácil essa distinção. Keizer (2007) analisa essa aproximação entre as construções, fazendo considerações a respeito dessa fronteira. Para a autora, ambas apresentam como propriedade comum o núcleo sempre ocupando a primeira unidade da construção. A diferença, no entanto, entre essas construções com complemento e construções com modificador diz respeito à função do sintagma preposicionado (complemento ou adjunto) e à natureza da preposição (elemento lexical com função de posse, isto é, uma preposição “cheia” ou elemento semanticamente vazio).

Em relação à preposição que encabeça as posições restritivas oracionais, foi flagrada nas ocorrências apenas a preposição *de*:

(33) “Parece bem sugestivo *o fato de que, da superposição de todas as cores, obtida pela rapidez da sucessão de suas imagens, como o demonstrou Newton, resulta o branco, por nós considerado a cor simbólica da paz.*” (TA-LO)

Percebe-se que *fato*, núcleo nome da construção, não é transitivo, nem tem verbo cognato, sem qualquer tipo de valência semântica no seu uso, não exigindo, portanto, qualquer preposição. A preposição *de* age como uma ponte entre o nome encapsulador e a oração que especifica seu conteúdo. Essa ligação é essencial para criar uma relação coesa entre *fato* e a oração que se segue (*da superposição de todas as cores, obtida pela rapidez da sucessão de suas imagens...*), estabelecendo uma relação de especificação. Essa preposição exerce, portanto, uma função sintática superficial, ou seja, não tem um valor estrutural previsto por valência nominal (pois *fato* não é valencial) e não carrega um significado semântico intrínseco.

Essa natureza superficial permite que a preposição *de* seja facilmente substituída por uma pausa ou uma vírgula, transformando a posição restritiva em uma posição não restritiva:

“Parece bem sugestivo *o fato, a superposição de todas as cores, obtida pela rapidez da sucessão de suas imagens, como o demonstrou Newton, resulta o branco, por nós considerado a cor simbólica da paz.*”

Ou ainda:

“Parece bem sugestivo *o fato: a superposição de todas as cores, obtida pela rapidez da sucessão de suas imagens, como o demonstrou Newton, resulta o branco, por nós considerado a cor simbólica da paz.*”

Apesar de sua natureza superficial, a preposição *de* ajuda a estabelecer uma relação semântica de equivalência entre o nome encapsulador e a oração encapsulada:

(34) Tais dificuldades são ainda agravados pelo **fato de que a insuficiência notória da arrecadação estatal e o regime inflacionário em que vivemos tornam bastante complexa a preparação, execução e controle dos planos no que se refere aos recursos, e conseqüentemente, ao próprio andamento das obras e serviço.** (AR-LO)

Percebe-se que, em (34), a preposição *de* atua como um simples marcador da equivalência, uma relação tipicamente associada às construções apositivas. Assim, o fato responsável por agravar as dificuldades em questão são agravadas é = *a insuficiência notória da arrecadação estatal e o regime inflacionário em que vivemos tornam bastante complexa a preparação...*

A preposição *de* também sinaliza que conteúdo está sendo encapsulado pelo nome especialmente quando esses conteúdos são complexos ou abstratos. Ao contribuir para isso, a preposição permite que o conteúdo seja tratado como uma unidade referencial:

(35) “É um hábito tão arraigado em nossa cultura que não é raro ouvirmos o **argumento de que “os filhos já não respeitam mais seus pais porque não apanham”** (Palaorev-gj)

O conteúdo da oração (*os filhos já não respeitam mais seus pais porque não apanham*) é encapsulado e rotulado, podendo então ser alvo de atos atributivos.

4.2.7 Estrutura morfossintática da aposição restritiva oracional

Que tipo de estrutura morfossintática caracteriza a construção apositiva restritiva oracional?

Como hipótese, supomos que as construções restritivas oracionais se caracterizam, tipicamente, como um SN (Np), com determinante definido, seguido de um nome (Nw) e de uma oração (Cl) com verbo na forma não finita.

Nas ocorrências, as construções compostas pelo *corpus* seguiram os mesmos padrões morfossintáticos, com SN (Np), com determinante definido, seguido de um nome (Nw), independente do nome ocupando a posição de núcleo da construção:

(36) “Até poucos anos atrás, era inconcebível até mesmo **a idéia (sic) de que políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...**” (Abrenanaoj-gj)

(37) “Também tem sido bastante comentada a **hipótese**, que inclusive foi matéria do Fantástico há algum tempo, *de que a vida teria se originado associada à argila*. (DST-LT)

(38) “Nas modernas instituições políticas a cidadania e o Fisco estão correlacionados intimamente: na Inglaterra há **o princípio** *de que não se pode tributar quem não tenha participado da própria decisão*” (FOR-LO)

(39) Em 1904, assustados com **o boato** *de que a injeção transmitia sífilis*, milhares de cariocas montaram barricadas nas ruas do Rio de Janeiro para evitar a vacinação obrigatória contra a varíola”. (Vacrev-gj)

A análise dos dados parece apontar para uma prevalência desse tipo de estrutura com determinante definido, embora seja sintaticamente possível a realização de determinantes indefinidos ou até mesmo a omissão de determinantes, como podemos notar nas paráfrases abaixo:

(36a) “Até poucos anos atrás, era inconcebível até mesmo **alguma idéia (sic)** *de que políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...*”

(37a) “Também tem sido bastante comentada **uma hipótese**, que inclusive foi matéria do Fantástico há algum tempo, *de que a vida teria se originado associada à argila.*”

(38a) “Nas modernas instituições políticas a cidadania e o Fisco estão correlacionados intimamente: na Inglaterra há **um princípio** *de que não se pode tributar quem não tenha participado da própria decisão*”

(39a) “Em 1904, assustados com **(ø) boatos** *de que a injeção transmitia sífilis*, milhares de cariocas montaram barricadas nas ruas do Rio de Janeiro para evitar a vacinação obrigatória contra a varíola”.

Acreditamos não ser aleatórias as escolhas dos determinantes definidos. Substituí-los por determinantes indefinidos ou omiti-los, por exemplo, parece conferir uma menor precisão ao que se está sendo dito, interferindo na carga argumentativa do texto.

O quadro abaixo mostra que, embora haja alguma variação na constituição morfossintática desses SN (Np), o núcleo da aposição é sempre um nome genérico¹³ acompanhado do determinante definido:

Quadro 2 — Aspectos morfossintáticos das aposições restritivas oracionais

¹³ Halliday e Hasan, em 1976, na obra *Cohesion in English*, destacam os nomes genéricos, ao analisarem as anáforas lexicais, como casos limites entre itens gramaticais e lexicais com referência generalizada. A proposta dos autores busca analisar como tais itens se comportam quanto à coesão textual. Halliday e Hasan (1976) também propõem uma classificação de acordo com os traços semânticos dos nomes genéricos, segundo as entidades a que se referem.

Tipo	Estrutura	Exemplo
Tipo 1	SN (Det + Nome Genérico) + Preposição + Oração Finita	"Mostraremos que a característica central da interdisciplinaridade consiste no <i>fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise a fim de fazê-los integrar, depois de havê-los comparado e julgado.</i> "
Tipo 2	SN (Det + Nome Genérico) + Preposição + Oração Não Finita	"Longe de nós, porém, <i>a ideia de apresentar o interdisciplinar como panaceia científica ou como empreendimento dissociado das características sociais e intelectuais da comunidade dos pesquisadores.</i> "

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com o quadro, é possível notar uma diferença apenas no que se refere à forma verbal da oração encapsulada pelo núcleo da aposição. Em orações do tipo 1, o verbo seguido do núcleo nome se apresenta na forma finita. O tipo 2 representa as orações com verbo na forma não finita, flagradas nas ocorrências apenas com verbos no infinitivo e no particípio.

Interessante perceber que todas as ocorrências em que as formas verbais das orações estão na forma não finita estão ligadas aos nomes genéricos *fato* e *ideia*.

Quadro 3 — Formas verbais não finitas nas aposições restritivas oracionais

Aposições com "Ideia"	Aposições com "Fato"
Longe de nós porém <i>a ideia de apresentar o interdisciplinar como panacéia científica ou como empreendimento dissociado das características sociais e intelectuais da comunidade dos pesquisadores.</i>	É o caso de aperfeiçoar ainda mais o projeto, reexaminando as distorções que hoje existem pelo <i>fato de haver Estados com representação na Câmara diferente de sua população.</i>
	O ineditismo não está apenas no <i>fato de publicar textos de autores que moram na periferia e ilustrados por um desenhista da periferia.</i>
	Na situação em que encontrava o governo, acuado, o que ora lhe dá fôlego é o simples <i>fato de não ter havido um fato novo amplamente desfavorável à situação.</i>

	O ineditismo não está apenas no <i>fato de publicar textos de autores que moram na periferia e ilustrados por um desenhista da periferia, mas no fato de tudo ter sido feito por eles.</i>
--	--

Fonte: elaborado pela autora.

A escolha entre uma oração finita ou não finita pode refletir o nível de integração textual ou discursiva desejada. Orações finitas, por sua estrutura mais independente, podem estabelecer relações discursivas mais complexas, enquanto orações não finitas tendem a funcionar como expansões mais dependentes do substantivo encapsulador.

4.3 Síntese conclusiva

A investigação deste trabalho revelou que as construções apositivas restritivas oracionais se manifestam em estruturas declarativas, por meio de um SN com determinante definido, seguido de nomes genéricos e de uma oração com verbo preferencialmente na forma finita. Tomando Nogueira (2017) como ponto de partida, as construções aqui analisadas apresentaram como núcleo alguns outros nomes além de *fato* e *ideia*, como: *desculpa*, *hipótese*, *possibilidade*, *afirmação*, *argumento*, os quais se relacionam ao conteúdo da oração que se segue, instanciando uma relação de equivalência, com expediente textual-discursivo de projeção.

Nessas construções, a preposição "de" ocorreu como um elemento de natureza superficial, não regida pelo nome. De acordo com os resultados das análises, a aposição restritiva oracional ocorre como um Subato Referencial, encapsulando, por meio de estratégias textualizadoras ligadas à nominalização, diferentes categorias (Conteúdo Comunicado, Conteúdo Proposicional, Estado-de-coisas), a partir dos nomes encontrados como núcleos dessas construções, transformando estes conteúdos em alvos de predicções (Subatos Atributivos).

5 CONCLUSÃO

Ao analisar e descrever as posições restritivas oracionais em textos escritos do português contemporâneo, levantamos os objetivos de: i) Verificar que tipo de subato exerce a posição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo; ii) Verificar em que tipo de ilocução ocorre a posição restritiva oracional nos textos escritos do português brasileiro contemporâneo; iii) Investigar que categorias representa o nome que encapsula e projeta o conteúdo oracional da construção apositiva; iv) Verificar se é possível identificar, nas construções apositivas restritivas oracionais, elementos nominais com natureza relacional (valência semântica) ou verbo cognato transitivo; v) Analisar a natureza sintático-semântica do elemento que liga o nome encapsulador (núcleo) ao conteúdo encapsulado (oração), presente nas construções apositivas restritivas oracionais; vi) Identificar que nomes (type e token) funcionam como núcleo da posição e como eles se relacionam ao conteúdo da informação instanciado pela estrutura; vii) Identificar que tipo de estrutura morfossintática caracteriza a construção apositiva restritiva oracional.

Para verificar as hipóteses do nosso trabalho, levamos em consideração critérios pragmáticos, semânticos e morfossintáticos, operacionalizados em grupos de fatores que abarcassem os níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático. Para tanto, analisamos os tipos de Subato (referencial ou atributivo) e os tipos de Ilocução (declarativa ou outra); as categorias representacionais e interpessoais instanciadas por essas construções: Estado de coisas, Conteúdo Proposicional e Conteúdo Comunicado; o tipo de conectivo (de, se), a presença ou ausência de nome com verbo cognato e a presença de um nome genérico ou outro.

Adotamos como aparato teórico fundamental a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), que parte de uma orientação descendente de gramática, tomando como unidade de análise o Ato Discursivo. Esse modelo descendente assume que os níveis de formulação, Interpessoal e Representacional, motivam a codificação morfossintática e fonológica de uma expressão linguística.

Embora as apositivas restritivas oracionais em análise tenham se apresentado numa fronteira com as construções de núcleo-complemento, conforme Matthews (1981) e Quirk *et al.* (1985), nas posições, os nomes flagrados como núcleo não são usados transitivamente e, portanto, a preposição "de" ocorre como um elemento de natureza superficial, não regida pelo nome.

Essas construções mostraram-se mecanismos eficazes para a projeção de conteúdos semânticos complexos, possíveis de exercer importantes funções textuais-discursivas, como

coesão e orientação argumentativa, ferramentas fundamentais na organização do discurso em diversos gêneros textuais.

Podemos concluir que a aplicabilidade e a robustez da Gramática Discursivo-Funcional demonstram que o modelo se apresenta como adequado para a análise dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos das posições restritivas oracionais.

Portanto, para finalizar, acreditamos que este trabalho clarifica um aspecto complexo e pouco estudado das gramáticas tradicionais da língua portuguesa, no que se refere às posições restritivas oracionais, e enriquece a literatura existente.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA-FARIÑA, Juan Carlos. **The puzzle of apposition: on so-called appositive structures in English.** Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1996.
- BAKHTIN, Mikhail. **Speech genres & other late essays.** Austin: University of Texas Press, 1986.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BIBER, Douglas. **Variation across speech and writing.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BLOOMFIELD, Leonard. Syntax. *In*: BLOOMFIELD, Leonard. **Language.** London: George Allen e Unwin, 1979.
- BOLINGER, Dwight. **Meaning and form.** London: Longman, 1977.
- BURTON-ROBERTS, Noel. Nominal Apposition. *In*: **Foundations of Language**, [S.L.] vol. 13, no. 3, 1975, p. 391–419. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25000923>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- BURTON-ROBERTS, Noel. Nominal Apposition. *In*: **Foundations of Language**, [S.L.] vol. 13, no. 3, 1987, p. 391–419. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25000923>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática.** 13. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- CELSO, Cunha; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DIK, Simon Cornelis. **Functional Grammar.** Amsterdam: North-Holland, 1978.
- _____. **The theory of functional grammar.** Dordrecht: Foris, 1989. Pt.1.
- _____. **The theory of functional grammar.** Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997. Pt.2.
- FRANCIS, Gill. Labeling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. *In*: COULTHARD, Malcolm. **Advances in written text analysis.** 9nd ed. Londres: Routledge, p. 83-101. Trad. Monica M. Cavalcante *et al.*; revisão de Alena Ciulla. *In*: GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle; NOAILLY, Michèle. **Demonstrativos Insólitos.** *In*: CAVALCANTE, Mônica; RODRIGUES, Bernardete (Org.) **Referenciação: clássicos da Linguística.** São Paulo: Editora Contexto, v. 1, 2003, p. 229-249.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. *In*: CAVALCANTE, Mônica; RODRIGUES Bernardete; CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

GIVÓN, Talmy. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

GIVÓN, Thomas. **Functionalism and Grammar**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

Nota: na obra encontram-se listadas as seguintes cidades: Amsterdam e Philadelphia.

HALLIDAY, Michael. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael. **An introduction to functional grammar**. 2nd ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. New York: Longman, 1976.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Cohesion in Functional Grammar. *In*: CONNOLLY *et al.* **Discourse and pragmatics in Functional Grammar**. New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 1-16.

Nota: na obra encontram-se listadas as seguintes cidades: New York e Berlim.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. New York: Oxford University Press, 2008.

HOCKETT, Charles F. A Course in Modern Linguistics. *In*: **Language Learning**, v. 8, n. 3-4, p. 73-75, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-1770.1958.tb00870.x>. Acesso em: 9 ago. 2024.

HOCKETT, Charles F. **A Manual of Phonology**. University of Chicago Press, 1988.

HOPPER, Paul J.; THOMPSON, Sandra A. Transitivity in Grammar and Discourse. *In*: **Language**, v. 56, n. 2, 1980. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1353/lan.1980.0017>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KEIZER, Evelien. **A Functional Discourse Grammar for English: a textbook**. Oxford: Oxford Textbooks in Linguistics, 2015.

KEIZER, Evelien. The Discourse Function of Close Appositions. *In*: **Neophilologus**, v. 89, n. 3, p. 447-467, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11061-004-0963-9>. Acesso em: 2 jun. 2024.

KEIZER, Evelien. **The English Noun Phrase: The Nature of Linguistic Categorization**, Cambridge: Cambridge University press, 2007.

KOCH, Ingedore. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, v. 6, n. 1, p. 29-42. Juiz de Fora: UFJF, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25294>. Acesso em: 2 jun. 2024.

LAGO, J. **A special type of nonrestrictive modification**: the apposition. Santiago Compostela: Verba, v. 18, 1991, p. 487-520.

LEMSON, Tatiana Maria Silva Coelho. **Aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo**: análise e formalização no modelo da gramática discursivo-funcional. 2016. Repositório Institucional da UFC, [s. l.], 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21785>. Acesso em: 15 maio 2024.

LEMSON, Tatiana Maria Silva Coelho; NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Aposição restritiva no português brasileiro: descrição e formalização segundo a gramática discursivo-funcional. **Revista de Letras**, Fortaleza, n. 38, v. 2, jul./dez. 2019.

LIMA, Carlos H. da Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

LOPES, Monclar G. Encapsulamentos semânticos em perspectiva discursivo-funcional. *In*: SILEL, 2011, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: EDUFU, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_1403.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**: aplicação do estruturalismo linguístico. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 2001.

MARTINET, André. **Estúdios de sintaxis funcional**. Madrid: Gredos, 1978.

MATTHEWS, Peter. **Syntax**. New York: Cambridge University Press, 1981.

MEYER, Charles F. **Apposition in contemporary english**. New York: Cambridge University Press, 1992.

MEYER, Charles F. Restrictive apposition: an indeterminate category. **English-Studies**, Netherlands, v. 70, n. 2, p. 147-166, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00138388908598623>. Acesso em: 14 ago. 2024.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática do Português revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramaticalização e a organização dos enunciados. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 13-22, 2º semestre de 2001. Disponível em: http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta09/Conteudo/N09_Parte01_art01.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP, v. 7, 1999, p. 545-591.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **A aposição não-restritiva em textos do português contemporâneo escrito no Brasil**. Araraquara: UNESP, 1999.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Aposições oracionais em uso: discutindo fronteiras categoriais. **Revista Odisseia**, [S.L.], v. 2, p. 5-24, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/13186>. Acesso em: 15 mai. 2024.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Construção apositiva e recategorização metafórica. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 179-189, 2011.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Referenciação textual e o emprego de construções apositivas. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 21, n. 1/2, p. 118-124, jan./dez. 1999.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em lingüística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

QUIRK, Randolph *et al.* **A comprehensive grammar of the english language**. London: Longman, 1985.

Nota: na obra encontram-se listadas as seguintes cidades: New York e London.

RODRIGUEZ, Catalina Fuentes. De nuevo sobre la aposición. **Verba**, Sevilla, v. 16, 1989. Disponível em: https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/2740/1/pg_217-238_verba16.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

SERAFIM, Monielly Cristina Saverio. **Aposições restritivas no português escrito**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, São José do Rio Preto, 2019.

SOUSA, Rosângela do Socorro Nogueira de. **A aposição encapsuladora em artigos de opinião no português**. 2016. 180f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2016.

SOUZA, Edson Rosa Francisco de. A oração completiva nominal. *In*: PEZATTI, Erotilde Goreti (Org.). **Construções subordinadas na lusofonia: uma abordagem discursivo-funcional**. São Paulo: Editora UNESP, 2016, ISBN 978-85-6833-480-5. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zpbsx/pdf/pezatti-9788568334805.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

TABOADA, Manuel. Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición. *In*: **Verba**, v. 5, p. 315-340, 1978. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10347/3544>. Acesso em: 15 mai. 2024.

TESNIÈRE, Lucien. **Éléments de syntaxe structurale**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1965.

TESNIÈRE, Lucien. **Elements of structural syntax**. Translated by Timothy Osborne and Sylvain Kahane. Amsterdam: John Benjamins, 2015.

Nota: na obra encontram-se listadas as seguintes cidades: Amsterdam e Philadelphia

ANEXO A — DELITAÇÃO DO *CORPUS*: GÊNERO TÉCNICO

ARQUIVO	QUANTIDADE DE <i>BYTES</i>	QUANTIDADE DE CARACTERES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
AE-LT	21.452	17.687	18
AQT-LT	23.058	19.012	25
ARQ-LT	21.344	17.598	39
CAN-LT	22.457	18.516	49
CRO-LT	23.306	19.216	20
DIP-LT	22.223	18.323	43
DST-LT	22.866	18.853	37
FOT-LT	22.775	18.778	33
IA-LT	22.269	18.361	42
IP-LT	21.897	18.054	07
MH-LT	23.208	19.135	30
REF-LT	23.514	19.388	54
<i>Total</i>	<i>270.364</i>	<i>222.921</i>	<i>397</i>

Fonte: Nogueira (1999).

ANEXO B — DELITAÇÃO DO *CORPUS*: GÊNERO ORATÓRIO

ARQUIVO*	QUANTIDADE DE <i>BYTES</i>	QUANTIDADE DE CARACTERES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
AM-LO	21.974	18.118	39
AR-LO	23.730	19.566	15
CAR-LO	21.668	17.865	38
FOR-LO	21.052	17.358	35
G-LO	22.730	18.741	15
JK-LO	22.970	18.939	28
LE-LO	22.232	19.155	31
MA-LO	22.433	18.496	33
ME-LO	22.886	18.870	19
NE-LO	23.367	19.266	39
SI-LO	21.409	17.652	19
TA-LO	22.928	18.904	32
<i>Total</i>	<i>270.379</i>	<i>222.930</i>	<i>342</i>

Fonte: Nogueira (1999).

ANEXO C — DELITAÇÃO DO *CORPUS*: GÊNERO DRAMÁTICO

ARQUIVO*	QUANTIDADE DE <i>BYTES</i>	QUANTIDADE DE CARACTERES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
CCI-LD	21.396	17.641	06
EN-LD	23.626	19.480	04
FO-LD	21.739	17.924	11
HP-LD	23.175	19.108	03
IN-LD	22.947	18.920	05
MO-LD	21.708	17.898	05
PEL-LD	21.929	18.081	20
PEM-LD	23.931	19.731	02
PP-LD	23.782	19.609	10
RE-LD	21.356	17.608	03
TEG-LD	22.164	18.274	25
VP-LD	22.343	18.422	17
<i>Total</i>	<i>270.096</i>	<i>222.696</i>	<i>111</i>

Fonte: Nogueira (1999).

**ANEXO D — IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DAS AMOSTRAS TEXTUAIS -
GÊNEROS JORNALÍSTICOS: ARTIGOS DE OPINIÃO, EDITORIAIS, NOTÍCIAS E
REPORTAGENS**

ARTIGOS DE OPINIÃO EM REVISTAS E JORNAIS				
ARQUIVO	TÍTULO	Palavras	Caracteres	kbytes
Vegaorev-gj	Vegetarianismo Radical	751	4814	33
Nosaorev-gj	Nossa pequena grande arte	722	3875	29
Vacaorev-gj	Vacina assassina	743	3.975	28
Desaorev-gj	Desenvolvimento local integrado e sustentável: a via segura para o bem-estar social	833	4.612	30
Genaorev-gj	Gente como a gente	594	3.127	26
Comaorev-gj	A comoção popular e a bandeira do time	877	4.296	24
Casaorev-gj	Cassino wai-wai	546	2.783	25
Banaorev-gj	A banalização da informática	670	3.386	31
Euaorev-gj	Eu odeio a internet	729	3.763	28
Palaorev-gj	Palmada fora-da-lei	739	3.765	24
Vouaorev-gj	Vou entrar nessa guerra	527	2.685	22
Solaoj-gj	Sol: a esperança energética para o século XXI	630	3365	22
Cnbaoj-gj	A CNBB em debate	623	3142	22
Vidaaoj-gj	Vida de negro	340	1.646	20
Vicaoj-gj	O vice preferencial	319	1.538	20
Vacaorev-gj	Vacina Assassina	743	3.975	24
Razaoj-gj	A razão da razão	309	1.520	20
Peraoj-gj	Perdão é pouco	371	1885	21
EDITORIAIS EM REVISTAS E JORNAIS				
ARQUIVO	TÍTULO	Palavras	Caracteres	kbytes
Artedrev-gj	È possível...	275	1.446	20
Atedrev-gj	Até quando?	421	2.129	22
Blauedrev-gj	Desde os primeiros números da Blau...	266	1.393	20
Boaedrev-gj	Aquecimento	338	1.596	20

Detedj-gj	Os detentos do poder perderam a noção da ética e correção administrativa. Corrupção e inépcia administrativa	645	3.235	25
Diredj-gj	Direitos dos povos	658	3.628	27
Eraedj-gj	A era da retórica	718	3.833	27
Estredrev-gj	Uma estrela no firmamento	361	1.874	21
Fieledj-gj	Fiel escudeiro	377	2.019	23
Incedj-gj	Inconfidência deixou legado acreditando no futuro do Brasil - Tiradentes e o amanhã	566	3.152	22
Munedrev-gj	No mundo das competências	312	1.629	25
Negedrev-gj	A Revista Negro 100 por cento...	152	729	19
Omisedj-gj	Coma omissão do nordeste, o governo federal fecha Sudene - o fim da Sudene	678	3.719	27
Parcedj-gj	Parceria e democracia	628	3.380	26
Refedrev-gj	Carta ao leitor - A hora das reformas é agora	337	1.708	21
Tecedj-gj	O governo recebe as empresas sem nenhuma exigência de contrapartida tecnologia e dependência	597	3.209	26
Trabedj-gj	Editorial - Os trabalhadores do serviço...	253	1.388	35
Viaedrev-gj	Revista de bordo da viação Itapemirim	219	1.153	20
Trapedj-gj	Pedagogia da trapaça	622	3.239	22
Publedrev-gj	"Descaminho da educação"	547	2.993	22
Poledj-gj	Política de segurança	317	1.639	20
Periedj-gj	A cultura da periferia	216	1.027	20
Horedj-gj	Horário Eleitoral	293	1.497	20
Fustedj-gj	Fust Travado	350	1.789	21
Eraedj-gj	A era da retória	718	3.833	23
Cultedrev-gj	Ao leitor	521	2.936	04
Cult2edrev-gj	O "Dossiê" do número anterior...	408	2.144	21
Vocedrev-gj	Você decide	388	2.074	21
NOTÍCIAS DE JORNAIS E REVISTAS				

ARQUIVO	TÍTULO	Palavras	Caracteres	kbytes
Govnj-gj	Governo do Estado reúne prefeitos em sem.	370	2.018	21
Chanj-gj	Pesquisa descobre novo método para tratamento do mal de chagas	215	1.179	20
Atanj-gj	Ataque treina finalizações	277	1.378	20
Gennj-gj	(Genoma) Americanos tentam tirar projetos do Brasil	617	3.240	39
Cresnj-gj	Crescimento recorde e sustentável	402	2.046	36
Pibnj-gj	Ceará pode chegar a 10%	196	1.016	20
Tarnj-gj	Tartaruga marinha encontrada morta	247	1.307	33
Repnj-gj	Reptação manchada	316	1.641	37
Metnj-gj	Metade dos israelenses acerta negociar Jerusalém com o palestinos	277	1.455	22
Sainj-gj	Chávez diz que sai antes se país não melhorar	292	1.442	33
Famnrev-gj	Família unida	508	2442	21
Concnj-gj	A agonia do Concorde	1.138	5767	29
Cabnrev-gj	Cabeça cortada	450	2.382	21
Corcnj-gj	Começa a contenção de encosta no Corcovado	235	1.252	24
Gasnj-gj	Empresa liberou vapor tóxico por 10 meses	523	2739	22
Mannrev-gj	Mancha na batina	326	1644	20
Pagnrev	Pagodeiro, eu?	240	1170	20
Rebnj-gj	Rebelião no Ma termina com três mortos	473	2463	21
Shopnrev-gj	A guerra dos shoppings	1002	4828	30
Tarnj-gj	Tartaruga marinha encontrada morta	247	1307	21
Volnrev-gj	Volta às aulas	394	2060	21

REPORTAGENS EM JORNAIS E REVISTAS

ARQUIVO	TÍTULO	Palavras	Caracteres	Kbytes
Empnrev-gj	O seu emprego nos classificados de jornal	1.716	9.000	32
Vennrev-gj	Perfil de vencedor	2.957	14.448	36
Perrev-gj	Perto da perfeição	3.349	17.326	62
Planrrev-gj	Doce ar	917	4.649	31

Maorrev-gj	Maomé	758	3.716	27
Agrrrev-gj	Contas regionais serão unificadas	488	2.742	25
Prorrev-gj	Projeto Iniciativa pelo Nordeste	555	3.167	26
Tudrrev-gj	Tudo por um filho (gravuras)	5.239	26.563	208
Vzcrrev-gj	Vacinas fazem bem ou mal?	4.286	22.608	47
Artrj-gj	A arte inevitável	686	3247	22
Caçrj-gj	O caçula nação Pirambu	917	4650	25
Dollrrev-gj	Dolly, a revolução dos clones	4029	20969	45
Juprj-gj	Os anéis de Júpiter	730	3592	23
Lucrrev-gj	Os lucros da malhação	2822	14079	36

Fonte: Nogueira (2001).

ANEXO E — LISTA DE OCORRÊNCIAS

“Se essa teoria não fosse verdadeira, seria necessário abandonar *a idéia de que a educação é algo mais que aquisição de informações e fixação de hábitos*” (AE-LT)

“O fato, aliás, *dos fazendeiros dos Estados Unidos*, como lembram os mesmos autores, *fornecerem maior número de estudantes do que era de se esperar, em relação à sua proporção na população geral do país*, prova claramente o valor da inteligência e a disposição à vida mental do filho do campo.” (AE-LT)

“As principais discussões sobre o que seja Arqueologia derivam, justamente, dessa ambivalência, ou seja, do fato *de que tem como objetivo a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos.*” (ARQ-LT)

“*Uma outra hipótese que atualmente vem ganhando muitos adeptos é a (hipótese) de que a vida não teria se originado na atmosfera da Terra, mas na poeira cósmica do espaço sideral*” (DST-LT)

“Também tem sido bastante comentada *a hipótese*, que inclusive foi matéria do Fantástico há algum tempo, *de que a vida teria se originado associada à argila.*” (DST-LT)

“Uma quarta possibilidade é *a (possibilidade) de que a vida tenha se originado nas profundezas do oceano, junto às fontes hidrominerais de água quente, no local onde as placas tectônicas se afastam.*” (DST-LT)

“Ainda há três décadas não se tinha certeza se essas formações geológicas, constituídas por camadas concêntricas de material petrificado, eram realmente o resultado da ação de seres vivos ou se eram acidentes, “caprichos”, como se costumava dizer, do metamorfismo das rochas;” (DST-LT)

“Longe de nós porém *a idéia de apresentar o interdisciplinar como panacéia científica ou como empreendimento dissociado das características sociais e intelectuais da comunidade dos pesquisadores.*” (IP-LT)

“Mostraremos que a característica central da interdisciplinaridade consiste no *fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise a fim de fazê-los integrar, depois de havê-los comparado e julgado.*” (IP-LT)

“Tais dificuldades são ainda agravados *pelo fato de que a insuficiência notória da arrecadação estatal e o regime inflacionário em que vivemos tornam bastante complexa a preparação, execução e controle dos planos no que se refere aos recursos, e conseqüentemente, ao próprio andamento das obras e serviço.*” (AR-LO)

“É naturalmente formulo votos de pleno êxito dos trabalhos, *na certeza de que o elevado nível das conclusões fará com que essas sejam direcionadas no sentido do bem-comum e dos interesses maiores da coletividade.*” (FOR-LO)

“Nas modernas instituições políticas a cidadania e o Fisco estão correlacionados intimamente: na Inglaterra há *o princípio de que não se pode tributar quem não tenha participado da própria decisão.*” (FOR-LO)

“[...] estabeleceu *o princípio de que os meios de produto devem ser da coletividade e não dos particulares*” * (SI-LO)

“As ideias interessam muito o marxismo. De novo, interessam não pelo *fato de serem verdadeiras ou falsas.*” (SI-LO)

“Parece bem sugestivo *o fato de que, da superposição de todas as cores, obtida pela rapidez da sucessão de suas imagens, como o demonstrou Newton, resulta o branco, por nós considerado a cor simbólica da paz.*” (TA-LO)

“[...] ainda não ouvi a tua lamentação pelo *fato de eu ir para a guerra...*” (VP-LD)

“Até poucos anos atrás, era inconcebível até mesmo *a idéia de que políticos pudessem ser julgados por corrupção e formação de quadrilha...*” (Abrenanaoj-gj)

“Nesta mesma ótica se vai insistir no governo colegial da igreja como expressão *da afirmação*

central do Vaticano II de que o sujeito do poder supremo na igreja católica é o colégio episcopal” (Cnbaoj-gj)

“É um hábito tão arraigado em nossa cultura que não é raro ouvirmos *o argumento de que “os filhos já não respeitam mais seus pais porque não apanham”* (Palaorev-gj)

“Por trás da violência física está *a idéia implícita de que os pais tem total direito sobre a vida e a integridade física das crianças*” (Palaorev-gj)

“Concorreu para esse *resultado o fato de serem poucos os recursos financeiros liberados para esse fim.*” (avanedj-gj)

“Há quem use *o argumento de que corrupção sempre houve no Brasil*” (detedj-gj)

“[...] haveria um incremento de 5% na demanda *pele fato de as atividades começarem quando o dia ainda está escuro, no Nordeste*” (diredj-gj)

“Segundo ele, *o simples fato de o povo brasileiro dizer o que pensam sobre a dívida externa e seus elevados e inexplicáveis encargos será suficiente para despertar a ira do sistema financeiro internacional...*” (eraedj-gj)

“Na situação em que encontrava o governo, acuado, o que ora lhe dá fôlego é *o simples fato de não ter havido um fato novo amplamente desfavorável à situação*” (fiedlj-gj)

“É o caso de aperfeiçoar ainda mais o projeto, reexaminando as distorções que hoje existem *pelo fato de haver Estados com representação na Câmara diferente de sua população.*” (horedj-gj)

“*O fato de a data de hoje, 21 de Abril, o Dia de Tiradentes, coincidir com o final de semana pode esvaziar no País, À exceção de Minas Gerais, terra-natal dele, as homenagens ao Protomártir da Independência.*” (incedj-gj)

“O ineditismo não está apenas *no fato de publicar textos de autores que moram na periferia e ilustrados por um desenhista da periferia, mas no fato de tudo ter sido feito por eles.*” (2 ocorrências) (periedj-gj)

“Aos brasileiros sempre foi vendida a ideia de que as tão esperadas reformas tributárias, fiscal e da Previdência não poderiam ser feitas em meio a situações de crises econômicas.” (refedrev-gj)

“O aumento do emprego, que tanto de propalou no auge das privatizações, não acontece pelo fato de que a tecnologia que trazem resulta não em novos postos de trabalho, mas em seu fechamento” (tecedj-gj)

“O governo procura vender a ideia de que existem o capital estrangeiro bom, aquele que vem para comprar empresas brasileiras, ou mais raramente, instalar fábricas, e o capital ruim, que seria o chamado especulativo...” (tecedj-gj)

“O sentimento geral é de que o País está apodrecido - o que é, sem dúvida, um julgamento apressado já que o próprio fato de um crime dessa espécie não conseguir ficar oculto...” (trapedj-gj)

“Nunca se pôde impedir que florescesse em certos seguimentos da elite dirigente a ideia de que a política é sempre um teatro para entreter os incautos, enquanto o jogo verdadeiro deve-se desenrolar por trás dos bastidores, longe das vistas do cidadão.” (trapedj-gj)

“O que abriu caminho para o sucesso da experiência foi o fato de Wilmut ter descoberto qual a fase correta em que o DNA deve ser enxertado na célula” (Dollrrev-gj)

“[...] o achado não representa uma ameaça à saúde pública dos japoneses, mas confirma uma suspeita antiga: a de que o vírus atenuado da pólio sofre mutação no organismo do vacinado, recobrando a virulência original. (Vacrrev-gj)

“Em 1904, assustados com o boato de que a injeção transmitia sífilis, milhares de cariocas montaram barricadas nas ruas do Rio de Janeiro para evitar a vacinação obrigatória contra a varíola.” (Vacrrev-gj)

Fonte: elaborado pela autora.